

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

**MINISTRO DA FAZENDA**

Pedro Sampaio Malan

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Amaury Guilherme Bier

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Fabio de Oliveira Barbosa

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(061) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [stn@fazenda.gov.br](mailto:stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70.048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN**

**Referência bibliográfica**

**BRASIL.** Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional, Brasília, vol. 6 – nº 8, agosto de 2000. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, agosto, 2000, vol. 6, nº 8.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional  
ISSN

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna  
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em agosto, o Governo Central obteve superávit de R\$ 3,2 bilhões nas suas contas primárias, acumulando no ano resultado de R\$ 19,0 bilhões, ou aproximadamente 2,4% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 3,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 598,8 milhões e R\$ 7,3 milhões, respectivamente.

*Em agosto, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 3,2 bilhões.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL  
BRASIL, 1999-2000**

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Jul	Ago	Jan-Ago	
	2000	2000	1999	2000
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>18.588,7</b>	<b>20.774,8</b>	<b>135.617,0</b>	<b>151.837,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>14.042,2</b>	<b>16.113,1</b>	<b>105.376,1</b>	<b>117.305,9</b>
I.1.1 Receita Bruta	15.273,3	17.733,6	108.803,7	123.004,5
I.1.2. (-) Restituições	(1.143,6)	(1.508,0)	(2.899,0)	(4.981,0)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(87,6)	(112,6)	(528,5)	(717,6)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>4.546,6</b>	<b>4.661,7</b>	<b>30.240,9</b>	<b>34.531,9</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.167,3</b>	<b>3.456,5</b>	<b>22.555,0</b>	<b>26.385,7</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>15.421,4</b>	<b>17.318,3</b>	<b>113.062,0</b>	<b>125.452,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>14.996,5</b>	<b>14.093,9</b>	<b>95.311,0</b>	<b>106.274,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.116,7</b>	<b>4.178,0</b>	<b>31.688,2</b>	<b>35.938,9</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.199,7</b>	<b>5.260,5</b>	<b>35.355,4</b>	<b>39.446,8</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.680,0</b>	<b>4.655,4</b>	<b>28.267,4</b>	<b>30.888,3</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	506,2	558,9	3.587,8	3.687,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	227,5	390,5	1.401,8	1.526,8
IV.3.3. Outras Despesas	3.946,4	3.706,1	23.277,8	25.674,2
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>424,9</b>	<b>3.224,4</b>	<b>17.750,9</b>	<b>19.178,0</b>
V.1. Tesouro Nacional	1.078,1	3.823,2	22.865,5	24.092,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(653,1)	(598,8)	(5.114,5)	(4.914,9)
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>48,7</b>	<b>(7,3)</b>	<b>(459,1)</b>	<b>(192,8)</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>473,7</b>	<b>3.217,2</b>	<b>17.291,9</b>	<b>18.985,1</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,65%</b>	<b>2,43%</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Ago2000/Ago1999	
<b>Receitas</b>	<b>12,0%</b>
Tesouro	11,3%
Previdência	14,2%
<b>Transferências</b>	<b>17,0%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>11,0%</b>
<b>Despesas</b>	<b>11,5%</b>
Benefícios	11,6%
Pessoal	13,4%
Custeio e Capital	9,3%

No ano, o resultado do Governo Central registra redução de 0,22 ponto percentual do PIB, quando comparado ao desempenho de igual período de 1999. Contribuiu para esse resultado a redução na despesa equivalente a 1,0 ponto percentual do PIB, em particular no item “custeio e capital”. Por outro lado, também houve redução de aproximadamente 1,2 ponto percentual na receita líquida, em função de arrecadações extraordinárias ocorridas em 1999, tais como: pagamento de tributos atrasados após a desistência de ações judiciais, receitas de concessão, receitas decorrentes da tributação sobre *hedge* e resultado positivo da conta-petróleo.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	20,8%	19,5%
Transferências	3,5%	3,4%
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,3%</b>	<b>16,1%</b>
Despesa Total	14,6%	13,6%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,4%</b>

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	3,5%	3,1%
Previdência Social	-0,8%	-0,6%
Banco Central	-0,1%	0,0%
<b>Governo Central</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,4%</b>

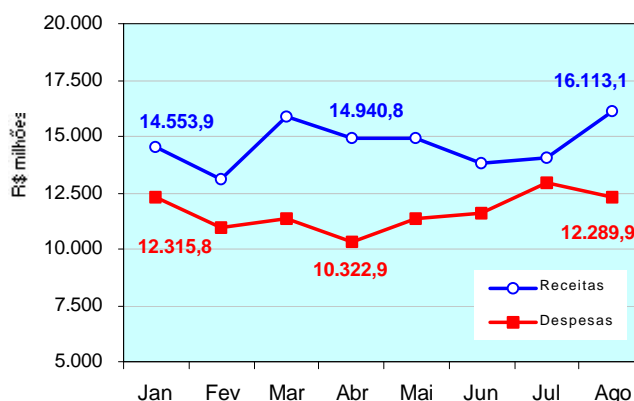
Com respeito à Previdência Social (RGPS), o déficit acumulado no ano reduziu-se em 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparado a igual período de 1999. O incremento das receitas líquidas em R\$ 4,3 bilhões foi um dos determinantes desse comportamento, tendo contribuído para isso: as receitas do Simples, os depósitos judiciais, os ganhos decorrentes da sub-rogação de serviços, e, principalmente, a melhora significativa na arrecadação corrente, refletindo o êxito do INSS nas ações voltadas para a recuperação das receitas. Quanto às despesas, destaca-se a redução na taxa de crescimento das concessões de benefícios ao longo dos últimos dois anos, em grande medida efeito da reforma da Previdência de dezembro de 1998 (Emenda Constitucional nº 20).

## Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional foi de R\$ 24,1 bilhões no ano, R\$ 1,2 bilhão superior, em termos nominais, ao obtido no mesmo período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, o resultado do Tesouro registrou queda de 0,4 ponto percentual, embora tenham se reduzido todos os itens de despesa: "transferências a estados e municípios" em 0,1 ponto percentual, "pessoal e encargos" em 0,3 ponto percentual, e "custeio e capital" em 0,4 ponto percentual. O destaque do mês foi a redução na folha de pessoal de R\$ 5,1 bilhões em julho, para R\$ 4,2 bilhões em agosto, o que pode ser explicado pelo pagamento férias e da primeira parcela do 13º salário naquele mês.

*O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado até agosto é de R\$ 24,1 bilhões.*

**Receitas e Despesas do Tesouro Nacional**  
Brasil, 2000



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,2%	15,0%
Transferências	3,5%	3,4%
Despesas do Tesouro	9,2%	8,6%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,1%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Quanto à receita, houve redução na arrecadação (líquida de restituições) de 1,2 ponto percentual do PIB, tendo caído em proporção do PIB os impostos e as demais receitas, parcialmente compensadas pela elevação das contribuições sociais. O destaque do mês, nesse caso, foi o ingresso de R\$ 2,8 bilhões em concessões, a maior parte proveniente do Sistema Telebras.

Em agosto, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de 16,1%, equivalente ao aumento nominal de R\$ 2,5 bilhões em relação a julho. Contribuiu para isso o ingresso de R\$ 2,8 bilhões referentes à quitação da parcela da concessão do Sistema Telebras. Ademais, a arrecadação do mês apresentou incremento de cerca de R\$ 467,0 milhões, notadamente nos tributos com apuração semanal (IRRF, IOF e CPMF). Isto ocorreu devido à ocorrência de cinco semanas de fato gerador em agosto, contra quatro no mês anterior.

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

#### **Boxe 1 – Receitas de Concessão do Sistema Telefonia (Telebras)**

Ingressaram no Tesouro Nacional recursos provenientes da última parcela do leilão do Sistema Telebras no total de R\$ 5,1 bilhões, dos quais R\$ 3,1 bilhões corresponderam à receitas de concessão (R\$ 305,4 milhões em julho e R\$ 2,8 bilhões em agosto). Cabe destacar que o leilão, ocorrido em 1998, contemplou, simultaneamente, alienação de ativos e concessão do direito de exploração dos serviços de telefonia. A forma de pagamento prevista originalmente foi de 40% à vista e duas parcelas anuais de 30% a serem quitadas em 4 de agosto dos anos de 1999 e 2000. O contrato permitiu a antecipação das parcelas de 1999 e 2000, tendo ocorrido antecipações parciais nos meses de março e junho de 1999.

As restituições de tributos federais efetuadas pela Receita Federal atingiram R\$ 1,5 bilhão, com acréscimo de R\$ 365,0 milhões em relação ao mês anterior. Além do pagamento do terceiro lote de restituições do IRPF, foram devolvidos R\$ 444,3 milhões referentes a depósitos judiciais (Lei nº 9.703/98).

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 13,1%, correspondentes a um acréscimo de R\$ 14,2 bilhões à receita obtida em igual período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, houve diminuição na arrecadação de aproximadamente 1,0 ponto percentual, decorrente de fatores atípicos que contribuíram para elevação da arrecadação de 1999.

Contribuíram para a queda de 1,0 percentual do PIB os seguintes fatores, verificados em 1999, dentre outros: i) desistência de ações judiciais e o imediato recolhimento dos débitos em atraso; ii) aumento expressivo da receita das principais instituições financeiras em razão da desvalorização cambial, ocorrida em janeiro de 1999; e iii) incidência do IOF sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos, à alíquota de 0,38% e aumento de alíquota nas operações de crédito em 0,38 pontos percentuais, em vigor de janeiro a junho de 1999.

Por outro lado, as contribuições sociais cresceram 0,8 ponto percentual do PIB, correspondendo a um acréscimo nominal de R\$ 13,2 bilhões, no período de janeiro a agosto desse ano, em comparação a igual período de 1999. Os principais fatores que contribuíram para o crescimento das contribuições sociais

### **Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Impostos</b>	<b>8,1%</b>	<b>7,2%</b>
Imposto de Renda	5,1%	4,7%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,4%	0,9%
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>5,9%</b>	<b>6,7%</b>
Cofins	3,0%	3,2%
CPMF	0,4%	1,2%
CSLL	0,8%	0,8%
Outras	1,6%	1,5%
<b>Demais</b>	<b>2,7%</b>	<b>1,9%</b>
Conta Petróleo	0,4%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,2%
Concessões	1,3%	0,6%
Outras	0,8%	1,1%
<b>Total Bruto</b>	<b>16,7%</b>	<b>15,8%</b>

foram: i) reintrodução da cobrança da CPMF, com alíquota de 0,38%, a partir de 17/06/99, gerando recursos adicionais da ordem de R\$ 6,8 bilhões; e ii) elevação da alíquota da Cofins de 2% para 3%, com obrigatoriedade do pagamento desta pelas instituições financeiras, contribuindo, adicionalmente, com outros R\$ 5,2 bilhões.

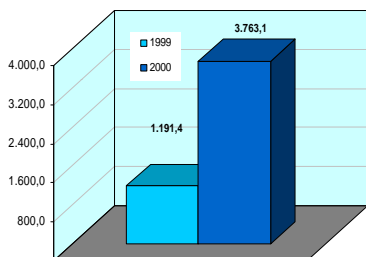
As demais receitas do Tesouro Nacional caíram 0,8 ponto percentual do PIB em relação a idêntico período de 1999, reflexo, principalmente, do menor ingresso de receitas decorrentes do pagamento de concessão de serviços públicos. Até agosto do ano passado o montante de receitas de concessão atingiu R\$ 8,7 bilhões, contra R\$ 4,9 bilhões registrados neste ano. Contribuiu também para a diminuição das demais receitas do Tesouro o fato de não ter havido cancelamento dos títulos emitidos como garantia do pagamento da conta-petróleo (NTN-H), contra R\$ 2,4 bilhões cancelados até agosto de 1999. A arrecadação de depósitos judiciais e administrativos, por outro lado, totalizou R\$ 3,8 bilhões, contra R\$ 1,2 bilhão no ano de 1999.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Acumulado Jan-Ago		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Demais</b>	<b>17.675,0</b>	<b>14.543,4</b>
Conta Petróleo	2.398,3	-
Dividendos da União	1.077,9	1.455,2
Concessões	8.727,6	4.872,9
Outras	5.471,2	8.215,3

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS Acumulado Jan-Ago		
	R\$ milhões	
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Depósitos Judiciais /1	1.191	3.763
Conta Petróleo	2.398	0
Desistência de Ações Judiciais /2	4.192	0
Tributação s/ Operações de Hedge /2	1.836	266
Efeito da Desvalorização Cambial /3	400	0
Concessões	8.728	4.873
<b>TOTAL</b>	<b>18.745</b>	<b>8.902</b>
<b>% PIB</b>	<b>2,9%</b>	<b>1,1%</b>

1/ Apropriação no âmbito da Lei 9.703/98  
2/ Em conformidade com a Lei 9.779/99  
3/ Concentrado na arrecadação do IRPJ e CSLL

**Recolhimento de Depósitos Judiciais**  
(Acumulado no ano em R\$ milhões)



O restante das receitas do Tesouro apresentou crescimento de R\$ 2,7 bilhões, com destaque para aquelas oriundas do pagamento de *royalties* pela exploração de petróleo (R\$ 1,4 bilhão); e *royalties* de Itaipu (R\$ 240,7 milhões), ambas sem paralelo no ano de 1999. Houve, também, aumento de R\$ 446,5 milhões no recolhimento das receitas diretamente arrecadadas por órgãos da administração direta e indireta. Por fim, os recolhimentos das receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) totalizaram R\$ 405,3 milhões até o mês analisado.

As transferências a estados e municípios mantiveram-se abaixo do registrado em 1999, tendo passado de 3,5% do PIB, no período de janeiro a agosto daquele ano, para 3,4% em 2000. A redução é reflexo do menor recolhimento, em proporção do PIB, das receitas tributárias sujeitas a transferências constitucionais (IR e IPI). No mesmo período de comparação, verificou-se crescimento nominal de 17,0%, ocasionado principalmente pelo aumento na arrecadação do IR (33,3%) e no IPI (18,9%).

As transferências relacionadas à desoneração do ICMS também foram menores de janeiro a agosto deste ano, em comparação com as do ano anterior. Em percentual do PIB, passaram de 0,4%, em 1999, para cerca de 0,3% em 2000. Em termos nominais, houve redução de R\$ 411,8 milhões em relação à igual período de 1999. Esse comportamento está associado principalmente aos seguintes fatores ocorridos em 1999, sem equivalente neste ano: i) transferências extraordinárias, devido à alteração na metodologia de cálculo dos repasses; ii) transferências adicionais autorizadas pela Portaria Interministerial nº 340/98; e iii) MP nº 1.816/99, que estabeleceu o recálculo dos valores devidos a estados e municípios.

#### Boxe 2 – Alterações nos repasses da Lei Complementar nº 87/96

Com base na MP nº 1.977-19/00, em agosto, o governo antecipou parte do valor do repasse previsto inicialmente no anexo à Lei Complementar nº 102/00 para dezembro (item 1.1.1.1). Além dos repasses normais, foram transferidos aos estados R\$ 190,2 milhões consoante o estabelecido na MP, a qual prevê, ainda, repasses em percentuais decrescentes, até se atingir o montante total de R\$ 3,9 bilhões previsto para o ano. Importa salientar que a MP apenas alterou o cronograma de desembolsos, não modificando, portanto, o montante total da despesa da União prevista na referida Lei Complementar.

As demais transferências atingiram R\$ 3,6 bilhões ou 0,5 ponto percentual do PIB, contra R\$ 1,4 bilhão registrados até agosto de 1999. Merece registro o repasse de R\$ 1,2 bilhão, sem correspondência em 1999, referente aos *royalties* pagos pela Petrobras a título de compensação financeira a estados e municípios produtores de petróleo e gás natural, conforme estabelecido na Lei nº 9.478/97. Por sua vez, o aumento de R\$ 389,8 milhões na contribuição ao salário-educação decorre, na sua maior parte, do recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999, ocorrido apenas em janeiro deste ano, e não no próprio mês de dezembro, como nos anos anteriores.

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução nominal de 9,8%, equivalente a R\$ 963,4 milhões, em relação às ocorridas no mês de julho. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à menor despesa com pessoal e encargos sociais que a verificada em julho, mês em que se observa

### Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
Acumulado Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	2,8%	2,6%
Desoneração do ICMS	0,4%	0,3%
Demais	0,2%	0,5%
<b>Total</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,4%</b>

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
Acumulado Jan-Ago		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	765,8	1.155,6
Royalties Lei 9478	-	1.212,9
Fundef	432,7	346,8
Outras	243,5	853,4
<b>Total</b>	<b>1.442,0</b>	<b>3.568,7</b>

### Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior



concentração do pagamento das férias do funcionalismo público e pagamento de parcela do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo.

As demais despesas de custeio e capital reduziram-se 6,1% de julho para agosto, equivalente a R\$ 240,3 milhões. Tal redução ocorreu apesar de, em agosto, terem sido liberados créditos extraordinários da ordem de R\$ 138,5 milhões, em particular para ações voltadas à segurança pública e ao auxílio a estados afetados por enchentes. Em agosto também está refletido o impacto fiscal da assunção, pelo Tesouro Nacional, de dívida da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) junto ao INSS no montante de R\$ 129,0 milhões.

*A redução das despesas de pessoal, em relação ao mês anterior, deve-se a despesas sazonais concentradas em julho, como o pagamento de férias e de parcela do 13º salário dos servidores do Poder Executivo.*

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cresceram 10,4% em relação ao mês anterior, equivalente a R\$ 52,7 milhões. Foi efetuada transferência de recursos às instituições financeiras para pagamento da segunda parcela de 2000 do abono salarial (conforme cronograma previsto no Anexo III da Resolução Codefat nº 238/00). Com isso, o pagamento de abono salarial e de seguro desemprego totalizou R\$ 502,1 milhões, contra R\$ 462,0 milhões de julho. As demais despesas operacionais com os programas conduzidos pelo FAT passaram de R\$ 44,1 milhões para R\$ 56,8 milhões em idêntico período.

Por outro lado, em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, houve incremento de R\$ 163,0 milhões, comparativamente a julho. As despesas com o Programa das Operações Oficiais de Créditos passaram de R\$ 150,7 milhões em julho, para R\$ 336,6 milhões em agosto, devido ao aumento na despesa com equalização de taxas das operações de Aquisições do Governo Federal (AGF) e do Pronaf. No caso do AGF, o aumento na despesa está associado às aquisições efetuadas pelo governo em função do exercício de opções vencidas no mês. Em relação ao Pronaf, à semelhança do mês anterior, verificou-se aumento da despesa com subsídio relativo ao rebate de taxas de juros e com pagamentos de equalizações nas operações de investimento.

### ***Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior***

No período de janeiro a agosto de 2000, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução equivalente a 0,6 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 1999. As despesas com pessoal e encargos, assim como as despesas de custeio e capital, apresentaram redução em torno de 0,3 ponto percentual.

O acréscimo nominal de 13,4% nas despesas com pessoal e encargos refletiu o realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo. Além disso, contribuiu para esse aumento o pagamento, em janeiro de 2000, da folha integral de dezembro de 1999, ao passo

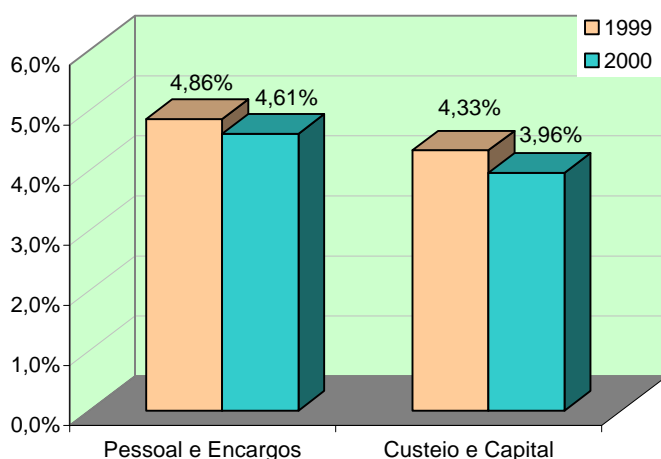


que em janeiro de 1999 foi pago 70,0% da folha correspondente ao mês anterior. Registre-se também que, nos meses de janeiro e junho de 2000, foram efetuados pagamentos decorrentes da segunda e terceira parcelas do passivo relativo à extensão da vantagem de 28,86% aos servidores públicos civis do Poder Executivo. Em 1999, foi paga apenas a primeira parcela, no mês de julho.

A redução nas demais despesas de custeio e capital esteve associada ao comportamento das receitas no período e à necessidade de alocação de recursos para ações em áreas consideradas estratégicas. Tal compatibilização refletiu o esforço direcionado para a obtenção das metas de desempenho fiscal estabelecidas para o ano.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,86%</b>	<b>4,61%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,33%</b>	<b>3,96%</b>
Despesas do FAT	0,55%	0,47%
Subsídios e Subvenções	0,21%	0,20%
Outras	3,57%	3,29%

### Despesas do Tesouro Nacional (acumulado até agosto, em % do PIB)



*As despesas de custeio e capital reduziram-se em 0,3 ponto percentual do PIB no período de janeiro a agosto de 2000.*

As despesas com abono salarial, seguro-desemprego e demais gastos operacionais do FAT mantiveram-se praticamente constantes em percentual do PIB. Em termos nominais, tais despesas elevaram-se em decorrência da liberação de dois lotes do abono salarial, ocorrida em julho e agosto de 2000, contra a liberação apenas do primeiro lote no mesmo período de 1999.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram elevação de 8,9% comparativamente a 1999. Por um lado, verificou-se queda nas despesas com subsídios no âmbito do Proex (32,3%), refletindo o impacto da redução dos “spreads” de equalização, a partir da edição da Carta-Circular Bacen nº 2.881/99, sobre a demanda por recursos do Programa, e a mudança na sistemática para emissão de títulos para financiamento daquele programa, implementada pela MP nº 1.974/2000.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Acumulado Jan-Ago		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Agricultura</b>	<b>377,1</b>	<b>642,9</b>
Custeio Agropecuário	124,3	83,4
Investimento Rural	5,1	12,9
Preços Agrícolas	28,6	295,3
- EGF	7,6	2,1
- AGF	6,1	281,5
- Sustentação de preços	14,9	11,7
Pronaf	219,1	251,3
Securitização (Lei 9138)	-	-
<b>Exportação</b>	<b>549,1</b>	<b>371,6</b>
Proex	549,1	371,6
<b>Total</b>	<b>926,2</b>	<b>1.014,5</b>

Por outro lado, as despesas do AGF cresceram significativamente, passando de R\$ 28,6 milhões para R\$ 295,3 milhões como reflexo do incremento das aquisições, sobretudo de arroz, frente à evolução desfavorável dos preços.

## Previdência Social

<sup>1</sup> Em agosto, foi assinado contrato de assunção e compensação de créditos, pelo qual a União cancelou dívida do INSS em troca de débitos previdenciários da RFFSA, no valor de R\$ 129,0 milhões.

A Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 598,8 milhões em agosto, inferior em 8,3% ao resultado do mês anterior, devido à melhora no comportamento das receitas. A arrecadação líquida foi R\$ 115,1 milhões maior do que o valor registrado em julho, apesar das receitas com Certificados da Dívida Pública (CDP) e os depósitos judiciais não terem repetido o mesmo comportamento daquele mês. Os destaques positivos foram o aumento na contribuição previdenciária e o pagamento de R\$ 129,0 milhões de débitos em atraso ("outras receitas")<sup>1</sup>. A tabela abaixo resume essas informações.

O déficit da Previdência Social foi de R\$ 598,8 milhões em agosto, contra R\$ 653,1 milhões em julho.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 1999-2000				
DISCRIMINAÇÃO	Jul	Ago	Jan-Ago	
	2000	2000	1999	2000
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>4.546,6</b>	<b>4.661,7</b>	<b>30.240,9</b>	<b>34.531,9</b>
Arrecadação Bruta	4.878,9	5.002,0	32.490,7	37.269,0
- Contribuição Previdenciária	4.444,8	4.570,7	30.882,5	34.621,6
- Simples	164,2	173,0	967,4	1.258,8
- CDP	95,3	3,0	166,2	186,6
- CFTE/FIES	31,1	41,8	-	139,3
- Depósitos Judiciais	109,3	48,5	413,0	685,4
- Refis	25,7	27,3	-	135,1
- Outras Receitas	8,4	137,8	61,5	242,2
(-) Restituição/Devolução	(15,3)	(14,5)	(39,5)	(112,1)
(-) Transferências a Terceiros	(317,0)	(325,8)	(2.210,3)	(2.625,0)
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.199,7</b>	<b>5.260,5</b>	<b>35.355,4</b>	<b>39.446,8</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>(653,1)</b>	<b>(598,8)</b>	<b>(5.114,5)</b>	<b>(4.914,9)</b>

Benefícios	2000		
	Jun	Jul	%
Quantidade*	19,2	19,3	0,1%
Valor Médio**	272,6	272,7	0,0%

(\*) Em Milhões  
(\*\*) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

A despesa com benefícios previdenciários, por sua vez, totalizou R\$ 5,3 bilhões em agosto, R\$ 60,8 milhões acima do que foi gasto em julho. Esse comportamento está associado à virtual manutenção, nos mesmos patamares do mês anterior, da quantidade e do valor médio dos benefícios pagos em agosto (competência julho), conforme pode-se ver na tabela ao lado.

No acumulado do ano, as despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 39,4 bilhões, em contrapartida aos R\$ 35,4 bilhões observados de janeiro a agosto de 1999. O acréscimo nominal de 11,6% pode ser explicado, principalmente, pelo aumento do valor médio dos benefícios previdenciários

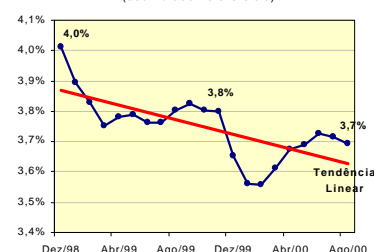
pagos no período, os quais passaram de R\$ 242,8 entre dezembro de 1998 e julho de 1999, para R\$ 260,5 entre dezembro de 1999 e julho deste ano, efeito do reajuste do salário mínimo e dos benefícios com valores acima do piso previdenciário (11,0% em abril e 5,81% em junho, respectivamente). Além disso, a quantidade média de benefícios pagos cresceu 3,7% no período. Destaca-se, nesse caso, a tendência de redução na taxa de crescimento da quantidade de benefícios ao longo de 1999 e 2000: como pode-se ver no gráfico ao lado, em 1998, o número a quantidade média de benefícios pagos aumentou cerca de 4,1%; em 1999, esse aumento foi de 3,8%; e até agosto deste ano, contra igual período do ano passado, cresceu 3,7%.

A arrecadação líquida atingiu R\$ 34,5 bilhões até agosto, superior em 14,2%, em termos nominais, à arrecadação em igual período de 1999. Esse crescimento nominal decorre do reajuste do salário mínimo no ano, além de outros fatores que vêm desempenhando importante papel na recuperação das contas da Previdência Social. Vale destacar, por exemplo, a receita proveniente da sub-rogação – arrecadação relativa aos setores em que a contratação de prestadores de serviços é recorrente: R\$ 1,9 bilhão de janeiro a agosto de 2000, contra R\$ 1,6 bilhão no mesmo período de 1999; a receita do Simples: R\$ 1,3 bilhão, contra R\$ 967,4 milhões no ano anterior; e os depósitos judiciais: R\$ 685,4 milhões, contra R\$ 413,0 milhões em 1999. Além disso, somam-se algumas receitas sem correspondência entre janeiro e agosto de 1999: R\$ 139,3 milhões em Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-E) no âmbito do FIES; aproximadamente R\$ 135,1 milhões do Refis; e R\$ 172,2 milhões, pelo pagamento de débitos previdenciários, por meio de encontros de contas da União com o INSS.

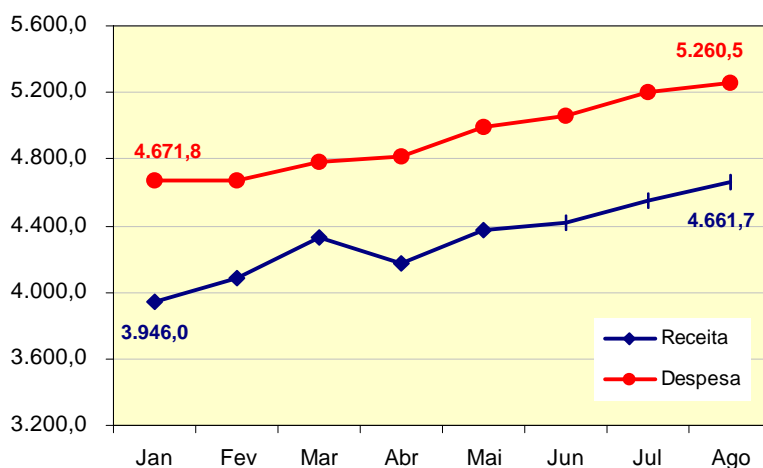
Benefícios	Dez/1998- Jul/1999	Dez/1999- Jul/2000	%
Quantidade*	18,4	19,0	3,7%
Valor Médio**	242,8	260,5	7,3%

(\*) média em milhões  
(\*\*) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

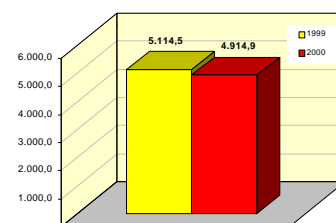
**Taxa de crescimento da quantidade de créditos previdenciários**  
(acumulado no exercício)



### Receitas e Despesas da Previdência Social Brasil, 2000



**Déficit da Previdência Social**  
Acumulado até agosto  
Brasil, 1999/2000



**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA  
Acumulado Jan-Ago (% PIB)**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Contribuição	4,64%	4,43%
Benefícios	5,42%	5,06%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-0,78%</b>	<b>-0,63%</b>

Dessa forma, o déficit da Previdência acumulou R\$ 4,9 bilhões até agosto, inferior aos R\$ 5,1 bilhões apurados em igual período do ano passado. Como proporção do PIB, essa variação representa melhora no resultado da ordem de 0,15 ponto percentual, tendo passado de um déficit de 0,78% em 1999, para 0,63% este ano.

## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 222,3 bilhões, correspondendo a 19,5% do PIB acumulado nos últimos doze meses, 0,6 ponto percentual inferior ao registrado em julho. Tal queda deveu-se principalmente à redução da dívida interna do Tesouro Nacional, que passou de R\$ 100,6 bilhões em julho para R\$ 94,9 bilhões em agosto, tendo mais do que compensado o aumento da dívida externa, decorrente, basicamente, da desvalorização cambial ocorrida em agosto (2,7%).

A redução da dívida líquida interna do Tesouro Nacional em mercado (R\$ 5,7 bilhões), pode ser explicada pelos seguintes fatores: i) resgate líquido de títulos da DPMF colocados em oferta pública (R\$ 9,0 bilhões); ii) diminuição da dívida securitizada do Tesouro (R\$ 4,2 bilhões); e iii) aumento dos haveres do Tesouro, Fundos, Autarquias e Fundações (R\$ 0,7 bilhão).

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos últimos três meses.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO**  
**BRASIL, 2000**

(R\$ milhões)

	2000		
	Jun	Jul	Ago
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>101.243</b>	<b>100.588</b>	<b>94.923</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	390.144	392.328	392.673
Dívida Securitizada	31.733	32.184	28.032
Dívida Contratual da STN	-250.887	-252.554	-253.744
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-216.674	-217.110	-222.055
Demais Dívida Contratuais	-34.214	-35.444	-31.689
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-69.747	-71.370	-72.039
Fat	-49.548	-50.894	-51.230
Demais Entidades	-20.199	-20.476	-20.809
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>124.339</b>	<b>124.694</b>	<b>127.380</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	94.502	95.198	97.331
Títulos Depositados em Garantia	-4.504	-4.543	-4.816
Dívida Contratual	35.291	34.991	35.842
Disponibilidades	-949	-952	-976
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>225.582</b>	<b>225.282</b>	<b>222.304</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>20,4%</b>	<b>20,1%</b>	<b>19,5%</b>

*O saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional caiu de R\$ 225,3 bilhões, em julho, para R\$ 222,3 bilhões, em agosto.*

*A dívida líquida interna do Tesouro Nacional caiu 0,6 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.*

A Dívida Pública Mobiliária Federal em mercado (DPMF) fechou o mês com um saldo de R\$ 392,7 bilhões, ou 34,4% do PIB, caindo 0,6 ponto percentual em relação a julho. O Tesouro emitiu em mercado R\$ 25,9 bilhões e resgatou R\$ 31,6 bilhões, havendo, portanto, resgate líquido de R\$ 5,7 bilhões.

*Em agosto, a DPMFi em mercado atingiu 34,4% do PIB, ficando 0,6 ponto percentual inferior à registrada em julho.*

Com a apropriação de juros no montante de R\$ 6,0 bilhões, o saldo da DPMF no mês aumentou nominalmente R\$ 344,7 milhões em relação ao mês anterior. O grande resgate líquido ocorrido no mês se deve à estratégia do Tesouro Nacional de evitar ofertas de títulos em grandes volumes, com o intuito de melhor administrar a dívida pública.

**TABELA 3**  
**EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA**  
**BRASIL, Ago/2000**

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
<b>DPMF</b>			
<b>I. Emissões</b>	<b>22.628</b>	<b>3.310</b>	<b>25.938</b>
LFT	8.127	774	8.901
LTN	14.168	0	14.168
Demais	334	2.535	2.869
<b>II. Resgates</b>	<b>31.630</b>		<b>31.630</b>
LFT	19.038		19.038
LTN	11.365		11.365
NTN-D	771		771
Demais	456		456
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>-9.002</b>	<b>3.310</b>	<b>-5.693</b>
<b>TDA</b>			
<b>I. Emissões</b>		15	<b>15</b>
<b>II. Resgates</b>		50	<b>50</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>		<b>-35</b>	<b>-35</b>
<b>Securitizedos</b>			
<b>I. Emissões</b>		16	<b>16</b>
<b>II. Resgates</b>		4.688	<b>4.688</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>		<b>-4.673</b>	<b>-4.673</b>
<b>Total</b>			
<b>I. Emissões</b>	<b>22.628</b>	<b>3.340</b>	<b>25.968</b>
<b>II. Resgates</b>	<b>31.630</b>	<b>4.738</b>	<b>36.368</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>-9.002</b>	<b>-1.398</b>	<b>-10.400</b>

*A participação percentual das LTN no total da DPMF em mercado vem crescendo nos últimos meses, passando de 17,5% em julho para 18,4% em agosto.*

*Ocorreu, no mês, a emissão de LTN com o prazo mais longo desde a crise asiática (24 meses).*

Em agosto, o Tesouro Nacional manteve a tendência de substituir os títulos pós-fixados por títulos prefixados. Assim, foram emitidos, no mês, R\$ 14,2 bilhões em LTN (títulos prefixados) e R\$ 8,9 bilhões em LFT (títulos pós-fixados indexados à taxa Selic), sendo as LTN com prazos de 6, 12 e 24 meses e as LFT com prazo de 36 meses. Cabe destacar que a emissão de títulos prefixados de 24 meses, ocorrida em 31 de agosto, foi a de terceiro maior prazo na história do financiamento do Tesouro Nacional, tendo sido as duas primeiras em 01/09 e 01/10 de 1997. Nos cinco leilões ocorridos no mês, além das LTN com prazos de até 24 meses, foram vendidas LFT com prazo de 36 meses.

A retomada do alongamento do perfil da dívida pode ser evidenciada a partir dos quadros ao lado, nos quais verifica-se, desde junho de 2000, o aumento da participação das LTN com prazos mais longos e o aumento do prazo médio de emissão. Além disso, com essas novas emissões, o prazo médio das LTN em mercado voltou a subir, ficando em 5,54 meses, conforme pode ser observado no gráfico ao lado.

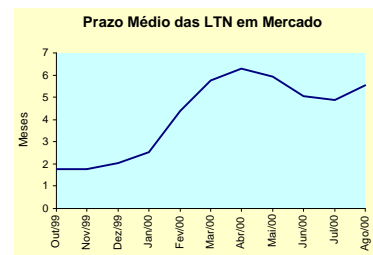
A política de substituição gradual da dívida securitizada por títulos referenciados pelo IGP-M foi mantida em agosto, quando foi realizada emissão de R\$ 525,9 milhões em NTN-C, tendo sido aceitos R\$ 193,8 milhões em títulos da dívida securitizada.

As colocações diretas totalizaram R\$ 3,3 bilhões, sendo que a principal foi a emissão de R\$ 2,3 bilhões em CFT-A em troca de R\$ 2,6 bilhões em títulos da dívida securitizada, referente à operação estruturada realizada entre o Tesouro e uma instituição financeira federal. A operação foi financeiramente neutra para o Tesouro, dada a equivalência econômica dos títulos envolvidos.

Dentre as demais emissões diretas, destacam-se: i) R\$ 768,1 milhões em LFT-B em favor do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), no âmbito do Proes; ii) R\$ 1,5 milhão em CDP, adquiridos por devedores do INSS, para quitação de dívidas junto àquele órgão; iii) R\$ 6,2 milhões em LFT-B para refinanciamento de dívidas de municípios; iv) R\$ 15,8 milhões em dívida securitizada (programa Política de Preço Nacional Equalizado – Açúcar e Álcool); e v) R\$ 14,6 milhões em TDA, referentes à desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

Adicionalmente aos cancelamentos de títulos em decorrência dos leilões de NTN-C e CDP e da troca por CFT-A, foram cancelados ainda R\$ 1,6 bilhão em títulos securitizados (CVS) utilizados pelo FGTS em pagamento de ações da Petrobras, e R\$ 61,4 milhões em CFT-A, em virtude de sua utilização pelos estados detentores de dívidas junto à União.

Em agosto, com a manutenção pelo Tesouro Nacional da estratégia de elevação gradual da participação de papéis prefixados na dívida total, o percentual das LTN no total da dívida em mercado aumentou, chegando a 18,4% do total. Concomitantemente, os títulos pós-fixados, remunerados pela taxa Selic, tiveram redução de 1,7 ponto percentual em relação ao mês anterior. Conforme pode ser observado na tabela 4 a seguir, a participação dos títulos vinculados ao câmbio também vem diminuindo, passando de 9,0% em junho para 8,6% do total no mês em análise.

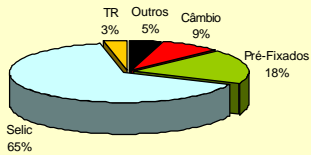
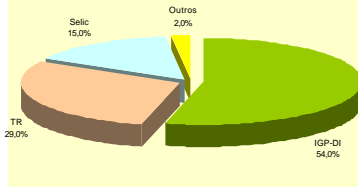


Prazo Médio de Emissão		
Mês	LTN	LFT
Março/2000	9,20	24,44
Abril/2000	9,82	36,70
Mai/2000	9,59	37,14
Junho/2000	6,98	37,59
Julho/2000	8,48	37,85
Agosto/2000	9,40	37,98

Emissões de LTN - Prazos		
Mês	6 Meses	12 Meses
Março/2000	69,9%	30,2%
Abril/2000	51,6%	48,4%
Mai/2000	51,9%	48,1%
Junho/2000	88,1%	11,9%
Julho/2000	61,9%	38,1%
Agosto/2000	52,1%	48,0%

## Composição da Dívida



**DPMFi em Mercado  
Brasil, Ago/2000**

**Composição da Dívida Securitizada por Indexadores  
Agosto/2000**


### Custo e Prazo Médios

*Em agosto, o custo médio das LTN e das LFT reduziu-se 0,61 e 0,33 ponto percentual, respectivamente.*

**TABELA 4  
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO  
BRASIL, 2000**

Indexador	2000 (%)		
	Jun	Jul	Ago
Selic	67,4	66,9	65,2
Câmbio	9,0	8,7	8,6
Prefixados	16,8	17,5	18,4
TR	3,3	3,3	3,3
Outros	3,6	3,7	4,5
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

A composição da dívida securitizada, por indexador, manteve-se estável em relação ao mês anterior. Os títulos indexados ao IGP-DI representaram 54,0% desses passivos, seguidos pela TR (29,0%) e Selic (15,0%). Os demais títulos perfizeram apenas 2,0% do estoque da dívida securitizada.

Em agosto, o custo médio anual da dívida interna do Tesouro Nacional foi de 20,23% contra 15,61% no mês anterior. Este crescimento se deve à variação cambial ocorrida no mês (desvalorização de 2,7%) aliado ao aumento do IGP-M em agosto, que foi de 2,59% contra 1,37% no mês anterior. Por outro lado, o custo médio das LFT e das LTN reduziu-se, passando de 16,85% e 19,90% em julho para 16,52% e 19,29% em agosto, respectivamente.

**TABELA 5  
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMFi  
EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA  
BRASIL, Ago/2000**

Título	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	18,5%	5,54	19,29%
LFT	65,2%	17,21	16,52%
NTN-D	5,6%	10,10	51,05%
NTN-C	1,4%	44,19	43,45%
Demais	9,3%	-	-
<b>Total DPMFi</b>	<b>100,0%</b>	<b>30,71</b>	<b>20,05%</b>
<b>Competitivos</b>		<b>14,16</b>	<b>20,06%</b>
<b>Securitizados</b>		<b>85,36</b>	<b>22,77%</b>
<b>Total Dívida Interna</b>		<b>34,36</b>	<b>20,23%</b>

Obs.: Prazo Médio em meses.

Custo Médio em % anual.

Excluindo-se os títulos cambiais, o principal responsável pelo pequeno acréscimo no custo médio dos títulos competitivos (17,63% em agosto contra 17,55% em julho) foi o estoque de NTN-C, títulos indexados ao IGP-M, cujo custo variou de 1,57% em julho para 2,39% em agosto.

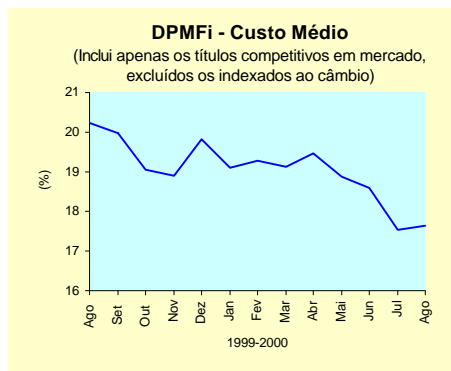
*O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo os cambiais, sofreu pequena elevação em relação a julho, devido ao crescimento do estoque de NTN-C, título indexado ao IGP-M.*

**TABELA 6**  
**DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO**  
**BRASIL, 1999/2000**

(% anual)

PERÍODO	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
<b>1999</b>				
Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
Set	19,52	18,94	19,97	19,82
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
<b>2000</b>				
Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
Ago	17,40	20,05	17,63	20,06

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.  
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Em função das variações ocorridas no IGP-DI, TR (de 0,15%, em julho, para 0,20%, em agosto) e taxa Selic (de 1,31%, em julho, para 1,41%, em agosto, em função do maior número de dias úteis relativamente ao mês anterior), o custo médio dos títulos securitizados passou de 19,99% para 22,77%.

No mês, o prazo médio dos títulos da DPMFi ofertados em leilões alcançou 14,16 meses, contra 12,97 meses em julho. É importante salientar que esse patamar é o maior observado para os títulos emitidos por meio de oferta pública desde o início do Plano Real.

*O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo foi de 14,16 meses, o maior desde o início do Plano Real.*

Por sua vez, o prazo médio da dívida total em mercado aumentou de 29,59 meses em julho para 30,71 meses em agosto, sendo o maior prazo médio observado desde março do ano passado. Essa elevação é fruto do continuado processo de alongamento dos prazos de emissão dos papéis em mercado, principalmente das LTN e LFT, que alargaram seus prazos médios de 4,89 e 15,44 meses em julho para 5,54 e 17,21 meses em agosto, respectivamente.

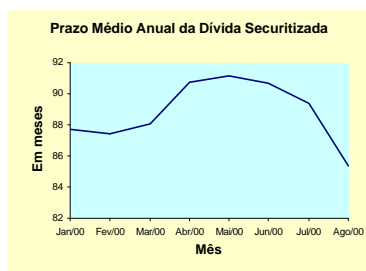
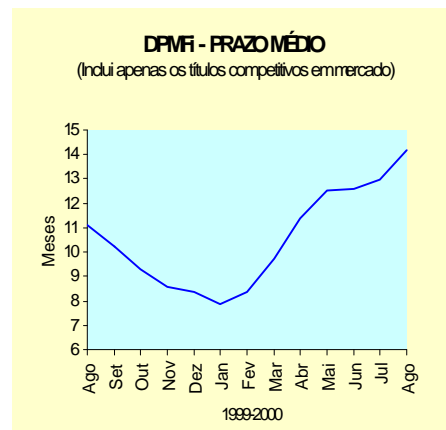
Ressalta-se o êxito do Tesouro Nacional, observado nos últimos meses, em promover a desindexação gradual da dívida, com o aumento do percentual de títulos prefixados em clara substituição aos remunerados pela taxa média Selic. Tal processo tem sido realizado sem comprometer o prazo médio da dívida (vide gráfico a seguir). Ao contrário, o aumento do prazo de emissão dos títulos prefixados, paralelamente à manutenção das emissões de LFT mais longas, está permitindo a desindexação sem aumento do risco de concentração da dívida no curto prazo.

*O aumento do prazo de emissão dos títulos prefixados, paralelamente à manutenção das emissões de LFT mais longas, está permitindo a desindexação sem aumento do risco de concentração da dívida no curto prazo.*

**TABELA 7**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 1999/2000** (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)	
1999	Ago	28,48	11,12
	Set	27,06	10,25
	Out	25,48	9,30
	Nov	24,44	8,59
	Dez	27,90	8,35
2000	Jan	27,14	7,89
	Fev	27,09	8,37
	Mar	27,97	9,74
	Abr	28,40	11,37
	Mai	29,88	12,54
	Jun	29,94	12,58
	Jul	29,59	12,97
	Ago	30,71	14,16

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



O prazo médio da dívida securitizada apresentou queda no mês, conforme pode ser observado no gráfico ao lado, passando de 89,39 meses em julho para 85,36 meses em agosto, decorrente do cancelamento de R\$ 1,6 bilhão de CVS, cujo prazo médio é de 180 meses.

## Dívida Líquida Contratual Interna

Em agosto, o saldo dos haveres líquidos foi de R\$ 325,8 bilhões, o que equivale a 28,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, houve crescimento nominal de R\$ 1,2 bilhão nos haveres do Tesouro Nacional e R\$ 669,0 milhões nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

**TABELA 8**  
**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA**  
**BRASIL, 1999/2000** (R\$ milhões)

	2000		
	Jun	Jul	Ago
<b>TOTAL DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>-250.887</b>	<b>-252.554</b>	<b>-253.744</b>
Dívida Bancária	39.887	39.964	40.065
Demais Dívidas da STN	2.807	2.807	2.771
Lei 7.976/89	-10.006	-9.772	-9.897
Lei 8.727/93	-43.866	-43.968	-44.099
Lei 9.496/97	-129.701	-128.907	-132.694
Renegociação Dívidas Municipais	-16.804	-17.048	-17.442
Demais Haveres da STN	-93.204	-95.629	-92.447
<b>TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-69.747</b>	<b>-71.370</b>	<b>-72.039</b>
FAT	-49.548	-50.894	-51.230
Demais Entidades	-20.199	-20.476	-20.809
<b>TOTAL</b>	<b>-320.634</b>	<b>-323.924</b>	<b>-325.782</b>
<b>TOTAL/PIB</b>	<b>-29,0%</b>	<b>-28,9%</b>	<b>-28,6%</b>
<b>TOTAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-22,5%</b>	<b>-22,2%</b>

*O saldo dos haveres internos líquidos do Tesouro Nacional foi de R\$ 325,8 bilhões, no mês de agosto.*

No caso do Tesouro Nacional, o crescimento dos haveres líquidos foi ocasionado pelo aumento no saldo das dívidas refinanciadas sob o amparo da Lei nº 9.496/97, devido à apropriação de juros e atualizações monetárias ao saldo, e à assunção de dívidas no montante de R\$ 768,1 milhões do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

O acréscimo nos saldos dos fundos, autarquias e fundações deve-se principalmente ao aumento das disponibilidades do FAT e à maior variação no IGP-M, que indexa parte de suas aplicações no BNDES.

Em agosto, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou saldo de R\$ 127,4 bilhões, correspondente a 11,2% do PIB estimado para os últimos doze meses, ficando 0,1 ponto percentual acima do registrado em julho.

O pequeno acréscimo no saldo deve-se basicamente à desvalorização cambial (2,7%), que mais que compensou a diminuição ocorrida em virtude da operação de troca de papéis ocorrida no mês.

O grande destaque do mês foi a operação de emissão do Bônus Global 2040, no montante de US\$ 5.157,3 milhões, a uma taxa de 13,73% ao ano, que envolveu a troca por diversos títulos *bradies*, com um cancelamento total de US\$ 5,2 bilhões. Este é o bônus soberano de um país emergente com prazo mais longo já emitido (40 anos), sendo também o maior volume emitido e a maior operação de *exchange* realizada envolvendo *bradies*.

O preço de lançamento do bônus ficou em 80,203% do valor de face do papel e um *cupom* de 11,00% ao ano. Foram recomprados oito papéis (conforme boxe ao lado) com valor de US\$ 5.219,8 milhões.

A operação foi a terceira envolvendo troca de títulos da dívida renegociada por papéis novos no ano. Em março, quando da reabertura do Global 2030, foram utilizados US\$ 600,0 milhões na recompra de US\$ 705,0 milhões de *bradies* e, em julho, com o Global 2007, foram substituídos US\$ 415,8 milhões de *bradies*.

Além da economia verificada, tais operações possibilitaram o alongamento do perfil da dívida e a colocação em mercado de papéis mais simples e convencionais.

**BOXE 3****Recebimentos no âmbito da  
Lei 9.496/97 e MP 2.043****1997:**

Lei 9.496/97 - R\$ 1,6 milhão

**1998:**

Lei 9.496/97 - R\$ 4,0 bilhões

**1999:**

Lei 9.496/97 - R\$ 4,3 bilhões

MP 2.043 - R\$ 92,1 milhões

**2000 (até agosto):**

Lei 9.496/97 - R\$ 3,0 bilhões

MP 2.043 - R\$ 322,5 milhões

**TOTAL**

Lei 9.496/97 - R\$ 11,2 bilhões

MP 2.043 - R\$ 414,6 milhões

## Dívida Externa

*Em agosto, o país realizou a emissão de bônus no mercado externo com prazo mais longo de sua história: 40 anos.*

**BOXE 4****GLOBAL BOND 2040  
Características da Operação**

Valor: US\$ 5.157,3 milhões

Vencimento: 17/08/2040

Valor de Face: 80,203%

Cupom: 11,00%

Data Pagto de Juros: 17/02 e 17/08

Amortização: *bullet***Títulos Cancelados:**

El Bond – US\$ 186,0 milhões

NMB – US\$ 111,2 milhões

BIB – US\$ 84,9 milhões

Flirb – US\$ 82,0 milhões

PAR – US\$ 638,0 milhões

Discount – US\$ 325,8 milhões

C-Bond – US\$ 926,5 milhões

DCB – US\$ 1.610,6 milhões

**TOTAL:** US\$ 5.219,8 milhões**Economia na Operação:**

US\$ 62,5 milhões

**TABELA 9**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA**  
**BRASIL, Ago/2000**

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>269,2</b>	<b>432,6</b>	<b>701,9</b>
I.1. Organismos Multilaterais	69,1	124,0	<b>193,1</b>
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	199,5	17,7	<b>217,2</b>
I.3. Dívida Mobiliária	0,6	290,9	<b>291,6</b>
Bônus Global 2040	0,0	46,6	<b>46,6</b>
BEA-Bradies(troca)	0,6	240,8	<b>241,4</b>
BIB (troca)	0,0	3,6	<b>3,6</b>
Bônus (taxas)	0,0	0,1	<b>0,1</b>

*Foram pagos no mês R\$ 701,9 milhões para quitação de principal, juros e encargos da dívida externa.*

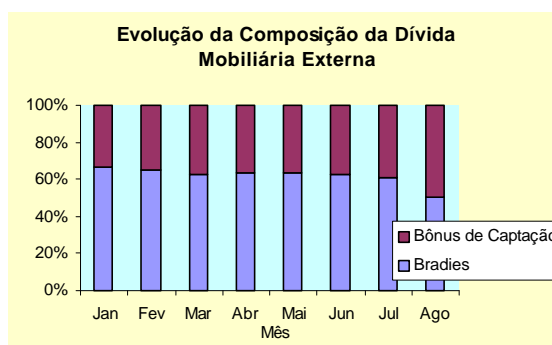
No mês de agosto, foram pagos R\$ 701,9 milhões para quitação do principal, juros e encargos da dívida externa. Deste total, R\$ 193,1 milhões referem-se a pagamentos regulares aos organismos multilaterais, R\$ 217,2 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 291,6 milhões relativos a dívida mobiliária, conforme demonstrado na tabela 9 acima.

## Características

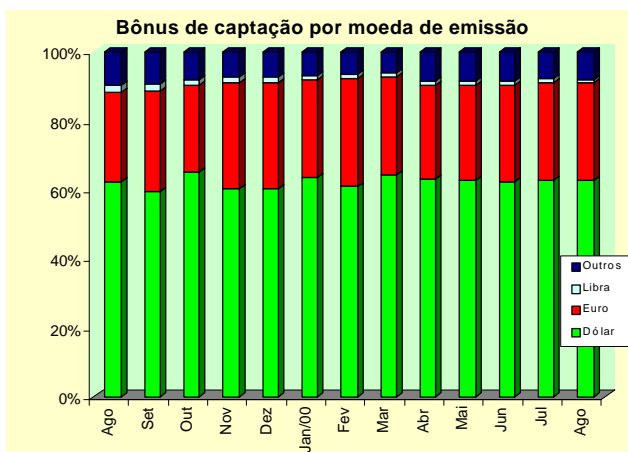
A dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em mobiliária e contratual, deduzidos os haveres na forma de títulos depositados em garantia e as disponibilidades de fundos, autarquias e fundações em moeda estrangeira. A dívida mobiliária é responsável por 76,4% do saldo líquido da dívida externa.

Com as operações de troca dos bônus de renegociação (*bradies*) realizadas no ano, estes vem tendo reduzida sua participação no montante da dívida mobiliária total, passando de 66,3% em janeiro para 50,8% no mês em análise. Esta redução se deve tanto aos resgates da parcela principal quanto ao aumento das emissões externas que o País vem realizando.

*A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa permanece com sua tendência de queda.*

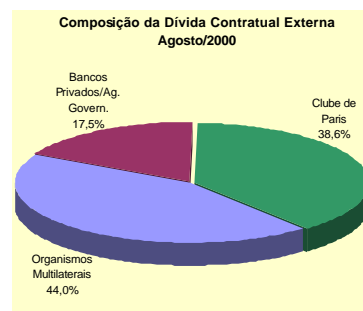


Ao final de agosto, os títulos em dólar representavam 62,7% do valor total dos bônus de captação, seguidos por aqueles emitidos em euro (28,4%), libra (1,0%) e demais moedas (7,9%).

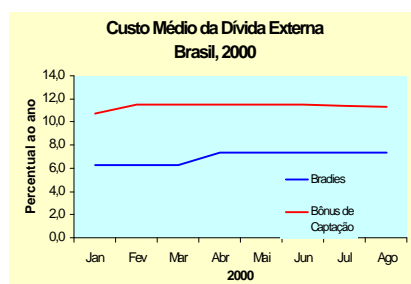
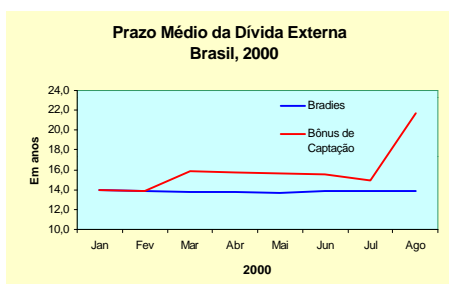


Os títulos emitidos em dólar correspondem a 62,7% do total dos bônus de captação.

A dívida contratual externa do Tesouro Nacional é composta em sua maior parte pelos empréstimos junto a Organismos Multilaterais, cuja parcela equivale em agosto a 44,0% do total. A dívida contratual com o Clube de Paris e Bancos Privados/Agências Governamentais respondem por 38,6% e 17,5%, respectivamente.



Com o sucesso da emissão do bônus de 40 anos, o prazo médio dos bônus de captação subiu consideravelmente, passando de 14,87 anos em julho para 21,68 anos em agosto. Por sua vez, o prazo médio dos *Bradies* manteve-se praticamente inalterado, passando de 13,85 anos em julho para 13,86 anos no mês em análise.



O custo médio dos bônus de captação diminuiu de 11,44% em julho para 11,32% em agosto, enquanto o custo médio dos *Bradies* permaneceu o mesmo em relação ao mês anterior, 7,36% ao ano.

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef



**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>17.670,7</b>	<b>18.117,6</b>	<b>17.114,7</b>	<b>17.257,3</b>	<b>23.061,3</b>	<b>18.499,9</b>	<b>17.148,9</b>	<b>20.203,3</b>	<b>19.110,1</b>	<b>19.313,6</b>	<b>18.198,5</b>	<b>18.588,7</b>	<b>20.774,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>13.737,1</b>	<b>14.203,3</b>	<b>13.214,1</b>	<b>13.324,4</b>	<b>15.933,6</b>	<b>14.553,9</b>	<b>13.065,8</b>	<b>15.869,9</b>	<b>14.940,8</b>	<b>14.941,4</b>	<b>13.778,8</b>	<b>14.042,2</b>	<b>16.113,1</b>
I.1.1 Receita Bruta	14.566,9	14.583,1	13.835,9	13.751,2	16.536,2	15.158,0	13.302,2	16.222,4	15.163,1	15.193,3	14.958,7	15.273,3	17.733,6
- Impostos	5.725,0	7.255,4	6.578,6	6.120,6	8.456,3	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6
- Contribuições	4.979,3	6.087,3	5.928,1	6.700,4	6.479,4	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6
- Demais	3.862,5	1.240,3	1.329,2	930,2	1.600,6	1.126,2	879,7	1.220,6	1.909,3	2.321,1	1.630,8	1.580,4	3.875,4
I.1.2. (-) Restituições	(787,9)	(333,2)	(563,6)	(370,2)	(542,5)	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>3.933,6</b>	<b>3.914,3</b>	<b>3.900,6</b>	<b>3.932,9</b>	<b>7.127,7</b>	<b>3.946,0</b>	<b>4.083,1</b>	<b>4.333,3</b>	<b>4.169,4</b>	<b>4.372,2</b>	<b>4.419,7</b>	<b>4.546,6</b>	<b>4.661,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>2.692,9</b>	<b>2.452,1</b>	<b>2.866,4</b>	<b>2.798,6</b>	<b>3.109,2</b>	<b>3.365,2</b>	<b>3.220,2</b>	<b>3.325,1</b>	<b>3.455,6</b>	<b>3.384,3</b>	<b>3.011,6</b>	<b>3.167,3</b>	<b>3.456,5</b>
II.1. Transferências Constitucionais	2.147,6	2.002,7	2.383,7	2.277,0	2.496,0	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8
II.2. Lei Complementar 87/96	312,7	297,8	294,2	286,4	294,0	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6
II.3. Demais	232,7	151,6	188,5	235,2	319,3	378,4	405,8	334,7	335,9	359,2	485,5	750,2	519,1
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>14.977,8</b>	<b>15.665,5</b>	<b>14.248,3</b>	<b>14.458,7</b>	<b>19.952,2</b>	<b>15.134,7</b>	<b>13.928,7</b>	<b>16.878,2</b>	<b>15.654,5</b>	<b>15.929,3</b>	<b>15.186,9</b>	<b>15.421,4</b>	<b>17.318,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>12.364,1</b>	<b>12.182,6</b>	<b>12.890,0</b>	<b>13.157,2</b>	<b>21.705,9</b>	<b>13.622,4</b>	<b>12.411,9</b>	<b>12.831,5</b>	<b>11.678,0</b>	<b>12.978,8</b>	<b>13.661,2</b>	<b>14.996,5</b>	<b>14.093,9</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>3.783,7</b>	<b>3.663,1</b>	<b>3.884,6</b>	<b>4.012,5</b>	<b>5.944,5</b>	<b>5.409,7</b>	<b>4.285,0</b>	<b>4.199,4</b>	<b>4.063,1</b>	<b>4.196,7</b>	<b>4.490,3</b>	<b>5.116,7</b>	<b>4.178,0</b>
IV.1.1. INSS	219,3	244,3	251,5	239,1	357,2	272,2	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8
IV.1.2. Demais	3.564,4	3.418,8	3.633,1	3.773,4	5.587,3	5.137,5	4.016,4	3.965,4	3.807,4	3.961,0	4.214,5	4.798,4	3.953,2
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.621,3</b>	<b>4.624,5</b>	<b>4.722,6</b>	<b>5.153,7</b>	<b>8.683,8</b>	<b>4.671,8</b>	<b>4.670,7</b>	<b>4.781,3</b>	<b>4.810,7</b>	<b>4.995,4</b>	<b>5.056,7</b>	<b>5.199,7</b>	<b>5.260,5</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>3.959,1</b>	<b>3.895,0</b>	<b>4.282,8</b>	<b>3.991,1</b>	<b>7.077,6</b>	<b>3.540,8</b>	<b>3.456,2</b>	<b>3.850,8</b>	<b>2.804,2</b>	<b>3.786,6</b>	<b>4.114,3</b>	<b>4.680,0</b>	<b>4.655,4</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	537,1	683,6	373,6	359,0	555,4	315,0	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9
- Abono e Seguro Desemprego	480,5	529,4	274,8	294,3	501,5	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1
- Demais Despesas do FAT	56,6	154,2	98,8	64,7	53,9	23,4	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	193,6	153,1	645,0	193,2	138,2	23,0	101,0	258,6	175,5	217,7	133,1	227,5	390,5
- Operações Oficiais de Crédito	129,4	101,6	548,6	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6
- Subvenções aos Fundos Regionais	64,3	51,4	96,5	46,2	47,1	0,3	52,7	75,2	84,1	99,2	70,1	76,8	53,8
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.228,4	3.058,4	3.264,2	3.438,9	6.384,0	3.202,8	2.918,3	2.938,6	2.414,0	2.941,3	3.606,8	3.946,4	3.706,1
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>2.613,7</b>	<b>3.482,9</b>	<b>1.358,3</b>	<b>1.301,4</b>	<b>(1.753,8)</b>	<b>1.512,3</b>	<b>1.516,9</b>	<b>4.046,7</b>	<b>3.976,5</b>	<b>2.950,5</b>	<b>1.525,7</b>	<b>424,9</b>	<b>3.224,4</b>
V.1. Tesouro Nacional	3.301,4	4.193,1	2.180,3	2.522,3	(197,6)	2.238,2	2.104,5	4.494,7	4.617,9	3.573,7	2.162,7	1.078,1	3.823,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(687,7)	(710,2)	(822,0)	(1.220,8)	(1.556,1)	(725,8)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(61,8)</b>	<b>(47,1)</b>	<b>(67,3)</b>	<b>(63,3)</b>	<b>(106,5)</b>	<b>(43,1)</b>	<b>(61,8)</b>	<b>(49,4)</b>	<b>(40,9)</b>	<b>(68,4)</b>	<b>29,4</b>	<b>48,7</b>	<b>(7,3)</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>2.551,9</b>	<b>3.435,8</b>	<b>1.290,9</b>	<b>1.238,1</b>	<b>(1.860,2)</b>	<b>1.469,2</b>	<b>1.455,1</b>	<b>3.997,3</b>	<b>3.935,6</b>	<b>2.882,1</b>	<b>1.555,0</b>	<b>473,7</b>	<b>3.217,2</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>445,7</b>	<b>168,0</b>	<b>(516,1)</b>	<b>(862,9)</b>	<b>514,4</b>	<b>(324,2)</b>	<b>926,6</b>	<b>954,7</b>	<b>(1.766,5)</b>	<b>306,6</b>	<b>323,9</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>2.997,6</b>	<b>3.603,8</b>	<b>774,8</b>	<b>375,2</b>	<b>(1.345,8)</b>	<b>1.145,0</b>	<b>2.381,7</b>	<b>4.952,0</b>	<b>2.169,1</b>	<b>3.188,7</b>	<b>1.879,0</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>(11.230,2)</b>	<b>(1.290,6)</b>	<b>(6.442,3)</b>	<b>1.716,9</b>	<b>3.061,1</b>	<b>(2.885,8)</b>	<b>(3.362,4)</b>	<b>(2.936,8)</b>	<b>(6.919,4)</b>	<b>(6.548,5)</b>	<b>(3.287,5)</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>(8.232,6)</b>	<b>2.313,2</b>	<b>(5.667,5)</b>	<b>2.092,2</b>	<b>1.715,3</b>	<b>(1.740,8)</b>	<b>(980,7)</b>	<b>2.015,2</b>	<b>(4.750,3)</b>	<b>(3.359,7)</b>	<b>(1.408,5)</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>13.438,3</b>	<b>14.122,9</b>	<b>13.156,2</b>	<b>13.052,5</b>	<b>19.264,4</b>	<b>11.997,3</b>	<b>13.314,7</b>	<b>15.854,6</b>	<b>14.654,6</b>	<b>14.491,1</b>	<b>15.527,0</b>	<b>16.894,6</b>	<b>19.657,6</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	12.494,0	13.485,2	12.116,4	12.531,6	18.432,7	11.194,6	12.767,9	15.224,7	13.535,0	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	746,1	457,4	837,0	368,9	493,0	396,9	512,7	606,1	934,7	527,2	1.670,6	4.590,1	5.711,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	238,5	225,4	259,2	206,9	396,9	475,9	160,9	127,1	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1,5	1,5	1,9	1,8	1,9	1,4	1,3	2,4	1,4	1,3	1,5	1,1	1,3
<b>II. DESPESAS</b>	<b>12.508,1</b>	<b>11.873,1</b>	<b>13.901,7</b>	<b>12.742,4</b>	<b>16.815,9</b>	<b>11.943,3</b>	<b>12.492,0</b>	<b>13.450,9</b>	<b>14.750,2</b>	<b>14.692,6</b>	<b>15.730,8</b>	<b>15.239,4</b>	<b>17.417,2</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>3.267,0</b>	<b>2.948,5</b>	<b>3.506,3</b>	<b>3.389,2</b>	<b>3.638,4</b>	<b>4.180,8</b>	<b>3.884,5</b>	<b>3.402,5</b>	<b>3.282,1</b>	<b>5.384,1</b>	<b>3.579,6</b>	<b>3.450,1</b>	<b>4.049,6</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.279,3	2.125,6	2.530,1	2.416,1	2.648,9	2.881,0	2.706,3	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	36,2	31,7	72,4	52,3	38,3	155,5	216,9	132,4	130,3	147,0	266,0	148,9	291,3
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	308,0	293,0	283,9	281,3	287,8	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4
II.1.4 - Outras Vinculações	643,5	498,2	619,8	639,4	663,4	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>9.241,0</b>	<b>8.924,7</b>	<b>10.395,4</b>	<b>9.353,3</b>	<b>13.177,5</b>	<b>7.762,5</b>	<b>8.607,6</b>	<b>10.048,4</b>	<b>11.468,1</b>	<b>9.308,5</b>	<b>12.151,2</b>	<b>11.789,3</b>	<b>13.367,7</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.924,8	3.934,9	3.716,6	4.107,7	6.003,7	5.619,6	4.283,9	4.029,9	3.988,2	4.347,6	5.014,0	4.782,1	4.218,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	317,5	889,3	2.515,0	1.036,7	848,6	304,5	505,8	778,4	2.773,7	650,0	1.026,3	670,8	795,3
i) Dívida Contratual Interna	194,1	265,9	207,1	488,5	147,0	172,9	178,8	284,0	293,0	184,2	217,7	172,2	197,5
ii) Dívida Contratual Externa	123,4	623,4	2.307,9	548,1	701,6	131,6	326,9	494,4	2.480,6	465,9	808,5	453,6	597,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.010,7	584,6	1.122,2	446,9	722,3	456,4	1.154,5	2.645,4	2.176,4	1.597,4	2.019,6	2.416,2	4.817,7
II.2.4 - Custeio e Investimento	2.808,7	3.377,5	2.702,1	3.532,2	5.455,8	1.291,4	2.470,4	2.331,3	2.336,9	2.504,8	3.959,3	3.726,5	3.042,2
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	179,2	138,2	339,5	229,7	147,1	90,7	193,0	263,3	192,9	208,7	132,1	193,7	493,8
II.2.6 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>930,2</b>	<b>2.249,8</b>	<b>(745,4)</b>	<b>310,1</b>	<b>2.448,5</b>	<b>53,9</b>	<b>822,6</b>	<b>2.403,8</b>	<b>(95,6)</b>	<b>(201,6)</b>	<b>(203,8)</b>	<b>1.655,2</b>	<b>2.240,4</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>27.603,0</b>	<b>23.232,7</b>	<b>26.472,0</b>	<b>22.054,2</b>	<b>18.532,5</b>	<b>26.102,7</b>	<b>31.181,1</b>	<b>45.023,3</b>	<b>27.630,3</b>	<b>16.434,4</b>	<b>14.982,0</b>	<b>18.081,8</b>	<b>26.409,7</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	23.333,0	21.813,7	26.085,6	15.801,7	17.767,5	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	22.820,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	4.269,9	1.419,0	386,4	6.252,5	765,0	2.212,7	1.711,3	3.452,3	2.051,6	346,8	884,1	495,5	3.589,4
<b>V. DESPESAS</b>	<b>20.497,7</b>	<b>17.954,1</b>	<b>14.355,2</b>	<b>15.427,6</b>	<b>30.029,3</b>	<b>21.386,0</b>	<b>25.813,8</b>	<b>36.404,0</b>	<b>24.863,1</b>	<b>22.969,0</b>	<b>17.599,5</b>	<b>19.567,3</b>	<b>32.692,0</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	19.898,9	16.941,4	13.805,3	13.452,7	27.235,5	21.073,2	25.084,6	34.375,3	24.353,9	22.328,4	14.788,4	18.433,6	32.113,8
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	598,8	1.012,8	481,1	1.743,9	2.564,7	304,2	729,3	2.028,7	472,6	640,6	2.811,0	1.133,8	578,2
V.2.1 - Dívida Interna	271,9	171,7	189,2	1.567,2	114,6	221,3	414,6	495,1	200,6	478,9	326,6	347,5	306,4
V.2.2 - Dívida Externa	326,9	841,0	291,9	176,7	2.450,1	82,9	314,7	1.533,6	272,1	161,7	2.484,4	786,3	271,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	-	-	68,8	231,1	229,1	8,5	0,0	-	36,6	-	-	-	-
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>3.434,1</b>	<b>4.872,4</b>	<b>12.280,3</b>	<b>2.349,1</b>	<b>(9.468,0)</b>	<b>2.816,8</b>	<b>4.385,3</b>	<b>7.195,7</b>	<b>1.224,8</b>	<b>(6.240,8)</b>	<b>(690,6)</b>	<b>(847,2)</b>	<b>(9.293,5)</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>(141,2)</b>	<b>483,7</b>	<b>(2.179,6)</b>	<b>1.769,5</b>	<b>(37.372,5)</b>	<b>(3.638,2)</b>	<b>(12.850,4)</b>	<b>1.014,1</b>	<b>(3.564,2)</b>	<b>11.821,8</b>	<b>7.949,5</b>	<b>13.968,7</b>	<b>3.621,8</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>7.894,3</b>	<b>8.012,1</b>	<b>9.191,8</b>	<b>8.706,2</b>	<b>(46.420,8)</b>	<b>1.132,5</b>	<b>(6.660,5)</b>	<b>12.037,3</b>	<b>(892,6)</b>	<b>5.085,6</b>	<b>5.128,2</b>	<b>14.138,4</b>	<b>(420,1)</b>

(\*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>1.529,2</b>	<b>1.410,1</b>	<b>1.557,4</b>	<b>2.414,5</b>	<b>3.460,2</b>	<b>1.162,4</b>	<b>2.683,7</b>	<b>4.206,2</b>	<b>6.551,8</b>	<b>25.117,0</b>	<b>12.869,5</b>	<b>18.329,1</b>	<b>8.126,8</b>
I.1. Emissão de Títulos	39,5	5,8	4,1	881,6	1.781,6	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.456,8	1.386,9	1.529,8	1.456,3	1.614,4	1.108,6	947,8	843,4	1.018,7	661,0	705,9	868,5	994,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	33,0	17,4	23,5	76,5	64,3	53,7	52,7	33,4	34,9	72,9	61,0	67,1	62,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>1.670,4</b>	<b>926,3</b>	<b>3.737,0</b>	<b>645,0</b>	<b>40.832,7</b>	<b>4.800,6</b>	<b>15.534,1</b>	<b>3.192,0</b>	<b>10.116,0</b>	<b>13.295,2</b>	<b>4.920,0</b>	<b>4.360,4</b>	<b>4.505,1</b>
II.1. Resgate de Títulos	1.476,2	706,4	3.409,1	511,6	37.618,4	4.740,5	14.880,6	2.960,5	9.488,0	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3
II.2. Encargos da DPMF	194,1	220,0	327,9	133,4	3.214,3	60,1	653,5	231,6	628,0	398,7	162,9	208,9	238,7
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>(141,2)</b>	<b>483,7</b>	<b>(2.179,6)</b>	<b>1.769,5</b>	<b>(37.372,5)</b>	<b>(3.638,2)</b>	<b>(12.850,4)</b>	<b>1.014,1</b>	<b>(3.564,2)</b>	<b>11.821,8</b>	<b>7.949,5</b>	<b>13.968,7</b>	<b>3.621,8</b>

**TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO**

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	10,1	7,4	8,2	8,5	10,1	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6	8,0	6,5
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	3,8	-	-	-	8,5	-	6,4	-	-	-	-	-	6,5
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	22,4	70,5	160,7	18,3	3,9	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6	42,2	245,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	21,0	65,9	147,0	7,0	(32,7)	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	1,0	4,0	13,0	10,8	36,1	2,2	-	(1,2)	-	-	-	0,7	10,0
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	59,2	17,8	1,5	25,2	24,0	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3	40,4	59,2
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	33,8	6,0	121,7	95,1	44,6	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6	60,2	18,6
<b>VI. TOTAL</b>	129,4	101,6	292,1	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (\*)**

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>79.631,5</b>	<b>83.740,1</b>	<b>94.778,8</b>	<b>95.055,4</b>	<b>88.480,8</b>	<b>97.228,8</b>	<b>93.355,0</b>	<b>100.693,4</b>	<b>105.321,4</b>	<b>99.558,7</b>	<b>101.243,3</b>	<b>100.588,0</b>	<b>94.923,0</b>
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8
Dívida Bancária	38.981,2	39.083,1	39.209,8	39.389,1	39.502,6	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	20.687,4	20.852,8	20.099,4	20.380,1	21.895,6	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3
CVS	7.955,9	8.017,7	7.695,1	7.745,8	7.747,4	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.174,0	3.150,8	3.229,8	3.261,0	3.154,0	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0
Certificados de Privatização	41,9	40,2	40,3	40,4	40,5	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9
INSS	-9.391,8	-9.531,5	-9.664,2	-9.908,7	-10.030,6	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7
Lei 7.976/89	-11.889,3	-11.788,6	-12.004,4	-11.712,4	-10.942,2	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7
Bônus Renegociação	-19.429,5	-19.603,0	-19.549,1	-19.298,6	-16.210,9	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9
Lei 8.727/93	-42.678,1	-42.815,2	-42.977,0	-43.193,4	-43.351,1	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9
Lei 9.496/97	-98.813,7	-100.676,2	-102.004,8	-103.692,3	-121.833,3	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-2.698,2	-2.737,7	-2.781,6	-2.865,8	-3.851,8	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2
Recebíveis dos Estados	-3.644,2	-3.715,0	-3.788,0	-3.878,4	-6.070,5	-6.175,1	-6.268,5	-6.310,9	-6.353,1	-6.392,3	-6.466,5	-6.467,8	-6.646,2
Recebíveis das Estatais	-17.562,7	-19.104,1	-19.375,2	-20.503,3	-21.072,1	-21.283,9	-27.365,8	-26.259,0	-26.622,5	-25.415,2	-25.367,9	-25.319,5	-20.699,9
Outros	-9.651,8	-9.673,6	-9.661,3	-9.670,7	-20.833,6	-21.030,5	-21.248,9	-21.232,4	-20.807,6	-24.047,0	-23.845,7	-23.763,2	-24.246,0
Fat	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7
Demais Entidades	-16.156,8	-18.108,1	-18.305,0	-18.346,5	-18.573,2	-18.901,0	-18.841,8	-18.817,3	-18.927,4	-19.517,7	-20.199,0	-20.476,1	-20.809,0
Créditos das Operações Oficiais	-9.229,8	-9.400,6	-10.230,0	-10.728,2	-10.556,0	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.060,5	-9.131,2	-9.238,3	-9.610,2
Arrecadação a Recolher	-1.895,0	-2.207,0	-2.229,0	-2.872,0	-1.826,0	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.535,9	-3.338,5
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>121.856,4</b>	<b>123.483,1</b>	<b>123.127,5</b>	<b>125.310,2</b>	<b>116.769,1</b>	<b>117.485,0</b>	<b>115.822,3</b>	<b>116.724,6</b>	<b>125.427,8</b>	<b>126.988,9</b>	<b>124.339,1</b>	<b>124.694,2</b>	<b>127.380,5</b>
Dívida Mobiliária	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3
Títulos Depositados em Garantias	-5.904,4	-5.979,2	-6.044,1	-5.914,8	-4.495,7	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4
Dívida Contratual	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9
Disponibilidades	-757,4	-752,5	-799,9	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>201.487,9</b>	<b>207.223,2</b>	<b>217.906,3</b>	<b>220.365,6</b>	<b>205.249,9</b>	<b>214.713,7</b>	<b>209.177,3</b>	<b>217.418,0</b>	<b>230.749,2</b>	<b>226.547,7</b>	<b>225.582,4</b>	<b>225.282,2</b>	<b>222.303,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>21,2%</b>	<b>21,5%</b>	<b>22,3%</b>	<b>22,2%</b>	<b>20,3%</b>	<b>20,9%</b>	<b>20,0%</b>	<b>20,5%</b>	<b>21,5%</b>	<b>20,8%</b>	<b>20,4%</b>	<b>20,1%</b>	<b>19,5%</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>94.067,4</b>	<b>95.451,5</b>	<b>95.121,5</b>	<b>95.855,8</b>	<b>89.184,6</b>	<b>89.551,4</b>	<b>89.075,7</b>	<b>89.622,9</b>	<b>96.043,5</b>	<b>97.257,6</b>	<b>94.501,7</b>	<b>95.198,3</b>	<b>97.331,3</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>70.597,9</b>	<b>70.776,0</b>	<b>66.228,2</b>	<b>65.200,7</b>	<b>60.665,6</b>	<b>59.371,9</b>	<b>58.255,1</b>	<b>56.380,1</b>	<b>61.040,7</b>	<b>61.682,3</b>	<b>59.296,8</b>	<b>57.728,5</b>	<b>49.463,2</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.667,1	1.615,0	1.640,8	1.615,3	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.749,2	4.765,0	4.841,1	4.766,0	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6
Par Bond (PB)	7.986,5	8.013,2	7.556,8	7.439,6	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3
Discount Bond (DB)	10.363,2	10.397,9	7.708,9	7.589,3	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.329,3	3.340,4	3.393,7	3.341,1	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.999,7	14.046,5	12.994,9	12.793,3	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2
Debt Conversion Bond (DCB)	16.231,3	16.285,6	15.668,4	15.425,3	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8
New Money Bond (NMB)	4.289,8	4.304,1	4.372,9	4.305,0	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7
Eligible Interest (EI)	7.981,7	8.008,4	8.050,6	7.925,7	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>23.469,5</b>	<b>24.675,5</b>	<b>28.893,3</b>	<b>30.655,1</b>	<b>28.519,0</b>	<b>30.179,6</b>	<b>30.820,7</b>	<b>33.242,8</b>	<b>35.002,8</b>	<b>35.575,3</b>	<b>35.204,9</b>	<b>37.469,8</b>	<b>47.868,2</b>
Samurai Bond	523,4	541,0	561,8	565,5	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9
Global Bond	1.436,9	1.441,7	1.464,8	1.442,0	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	1.034,5	1.049,8	1.053,0	991,5	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4
Parallel Franco	308,5	313,0	314,0	295,6	274,9	266,6	254,6	251,1	261,0	261,5	260,6	250,6	246,8
Parallel Florim	367,3	372,7	373,8	352,0	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9
Parallel Xelim	294,1	298,4	299,4	281,9	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4	257,2
Global Bond 2027	6.705,7	6.728,1	6.835,5	6.729,5	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9
Euroaira Bond	783,7	795,3	797,8	751,1	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6
Eurosterling Bond 2007	461,5	475,7	482,7	461,8	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6	396,5
Euro Bond 2003	1.013,6	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2
Global 2008	775,9	787,3	789,8	743,6	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8
DM 2008	2.394,9	2.402,9	2.441,3	2.403,4	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3
Global 2004	5.747,7	5.766,9	5.859,0	5.768,1	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2
Euro Bond 2002	1.621,8	1.645,7	1.650,9	1.554,5	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9
Euro Bond 2004	-	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2
Global Bond 2009	-	-	3.906,0	3.845,4	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8
Euro Bond 2006	-	-	-	1.360,2	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2
Euro Bond 2001	-	-	-	1.165,9	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4
Global 2020	-	-	-	-	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4
Euro Bond 2010	-	-	-	-	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8
Global 2030	-	-	-	-	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4
Samurai 2003	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9
Euro Bond 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8
Euro Bond 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4
Global 2040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.403,8
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>(5.904,4)</b>	<b>(5.979,2)</b>	<b>(6.044,1)</b>	<b>(5.914,8)</b>	<b>(4.495,7)</b>	<b>(4.535,8)</b>	<b>(4.694,6)</b>	<b>(4.837,1)</b>	<b>(4.515,6)</b>	<b>(4.506,1)</b>	<b>(4.504,1)</b>	<b>(4.542,8)</b>	<b>(4.816,4)</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>34.450,9</b>	<b>34.763,4</b>	<b>34.850,0</b>	<b>36.153,3</b>	<b>32.903,6</b>	<b>33.277,2</b>	<b>32.227,1</b>	<b>32.751,3</b>	<b>34.724,2</b>	<b>35.073,3</b>	<b>35.290,8</b>	<b>34.990,8</b>	<b>35.841,9</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>(757,4)</b>	<b>(752,5)</b>	<b>(799,9)</b>	<b>(784,1)</b>	<b>(823,3)</b>	<b>(807,9)</b>	<b>(785,9)</b>	<b>(812,5)</b>	<b>(824,3)</b>	<b>(835,8)</b>	<b>(949,3)</b>	<b>(952,1)</b>	<b>(976,3)</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>121.856,4</b>	<b>123.483,1</b>	<b>123.127,5</b>	<b>125.310,2</b>	<b>116.769,1</b>	<b>117.485,0</b>	<b>115.822,3</b>	<b>116.724,6</b>	<b>125.427,8</b>	<b>126.988,9</b>	<b>124.339,1</b>	<b>124.694,2</b>	<b>127.380,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>12,8%</b>	<b>12,8%</b>	<b>12,6%</b>	<b>12,6%</b>	<b>11,5%</b>	<b>11,4%</b>	<b>11,1%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,7%</b>	<b>11,7%</b>	<b>11,3%</b>	<b>11,1%</b>	<b>11,2%</b>

Obs: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>432.061,7</b>	<b>443.868,2</b>	<b>458.463,4</b>	<b>465.702,3</b>	<b>452.408,4</b>	<b>456.893,7</b>	<b>462.382,3</b>	<b>474.563,8</b>	<b>477.764,8</b>	<b>480.548,7</b>	<b>492.767,4</b>	<b>509.864,8</b>	<b>516.609,4</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>295.508,1</b>	<b>305.678,0</b>	<b>322.076,8</b>	<b>326.430,1</b>	<b>346.778,7</b>	<b>354.562,3</b>	<b>359.688,8</b>	<b>367.119,8</b>	<b>373.303,2</b>	<b>385.053,5</b>	<b>390.144,3</b>	<b>392.328,1</b>	<b>392.672,8</b>
LTN	33.976,2	37.047,6	47.659,4	46.773,1	39.716,6	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4
LFT	128.530,5	134.563,9	143.847,0	149.693,7	151.128,1	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0
LFT-A	4.801,2	4.209,9	4.244,1	3.885,7	17.485,9	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7
LFT-B	20.216,1	20.344,8	20.137,9	20.146,7	27.213,9	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6
LFT-E	1.078,8	1.083,8	1.098,8	1.114,0	1.272,1	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7
NTN-A	7.976,8	8.040,2	7.981,1	7.893,4	7.379,4	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6
NTN-C	-	-	-	-	830,6	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6
NTN-D	29.158,1	29.362,1	30.143,9	29.775,8	27.346,1	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3
NTN-I	1.470,5	1.439,9	1.540,7	1.552,9	1.292,8	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9
NTN-P	10.048,9	10.128,1	10.202,0	10.270,2	10.351,0	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6
NTN-S	51.729,0	52.498,3	48.556,7	48.623,6	48.160,2	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-	-
CFT-D	2.293,7	2.312,3	2.293,1	2.268,3	2.276,1	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5
Demais	4.228,4	4.647,2	4.372,0	4.432,6	12.326,0	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6	12.595,7	12.773,4	15.346,0
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>70.872,9</b>	<b>71.928,9</b>	<b>69.611,4</b>	<b>71.979,7</b>	<b>53.875,5</b>	<b>50.149,3</b>	<b>57.082,9</b>	<b>61.460,0</b>	<b>57.956,0</b>	<b>95.495,3</b>	<b>102.623,1</b>	<b>117.536,7</b>	<b>123.936,6</b>
LTN	240,7	100,0	-	1.268,4	9.565,2	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4
LFT	33.494,1	33.993,5	31.676,7	32.117,2	35.262,1	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5
LFT-A	34.805,4	35.755,0	36.041,1	36.721,7	7.303,4	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4
NTN-A	2.081,9	1.824,8	1.889,9	1.868,6	1.740,9	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3
Demais	250,8	255,6	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0
<b>III. Títulos em Tesouraria</b>	<b>65.680,6</b>	<b>66.261,3</b>	<b>66.775,2</b>	<b>67.292,4</b>	<b>51.754,2</b>	<b>52.182,1</b>	<b>45.610,6</b>	<b>45.984,0</b>	<b>46.505,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dívida Mercado/PIB</b>	<b>31,1%</b>	<b>31,8%</b>	<b>33,0%</b>	<b>32,8%</b>	<b>34,2%</b>	<b>34,5%</b>	<b>34,4%</b>	<b>34,7%</b>	<b>34,8%</b>	<b>35,4%</b>	<b>35,3%</b>	<b>35,0%</b>	<b>34,4%</b>

Obs: Dados sujeitos a alteração.





**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Ago/1999	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2000
<b>I. INTERNA</b>	<b>-59.833,0</b>	<b>-61.830,0</b>	<b>-63.308,0</b>	<b>-63.867,4</b>	<b>-64.059,9</b>	<b>-65.829,6</b>	<b>-66.291,5</b>	<b>-66.036,8</b>	<b>-65.966,8</b>	<b>-68.518,5</b>	<b>-69.746,5</b>	<b>-71.370,4</b>	<b>-72.038,7</b>
Dívida contratual	273,4	273,3	273,1	272,9	343,8	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2
FAT	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7
Aplicações financeiras	-2.333,2	-2.335,2	-2.113,3	-2.074,5	-1.808,6	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0
Fundos Regionais	-10.235,9	-10.420,1	-10.572,8	-10.770,0	-10.982,1	-11.258,7	-11.476,5	-11.510,2	-11.526,6	-12.068,3	-12.247,2	-12.407,0	-12.606,7
Demais	-3.861,2	-5.626,1	-5.892,0	-5.775,0	-6.126,4	-6.086,8	-5.999,2	-5.899,4	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-757,4</b>	<b>-752,5</b>	<b>-799,9</b>	<b>-784,1</b>	<b>-823,3</b>	<b>-807,9</b>	<b>-785,9</b>	<b>-812,5</b>	<b>-824,3</b>	<b>-835,8</b>	<b>-949,3</b>	<b>-952,1</b>	<b>-976,3</b>
Disponibilidades	-757,4	-752,5	-799,9	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-60.590,4</b>	<b>-62.582,5</b>	<b>-64.107,9</b>	<b>-64.651,5</b>	<b>-64.883,2</b>	<b>-66.637,5</b>	<b>-67.077,4</b>	<b>-66.849,4</b>	<b>-66.791,1</b>	<b>-69.354,3</b>	<b>-70.695,8</b>	<b>-72.322,4</b>	<b>-73.015,0</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-6,3%</b>	<b>-6,2%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-6,4%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

**COMENTÁRIOS**

Os repasses aos Fundos de Participação, em agosto/2000, foram 11,5% maiores que os valores distribuídos no mês de julho/2000. Contribuiu para o ocorrido o pagamento, pelas empresas, da 1ª cota ou cota única do IRPJ, no 3º decêndio de julho/00 (impactando a cota dos fundos de participação creditada no dia 10/08/00) relativa à apuração trimestral com base no lucro real.

Em relação ao mesmo mês de 1999, o FPM e o FPE apresentaram, respectivamente, crescimento nominal de 6,9% e 15,6%.

Os valores distribuídos nos meses de janeiro a agosto/2000 foram, em termos nominais, 7,8% maiores para o FPM e 16,2% para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1999.

Em agosto, as transferências por conta do IPI apresentaram um crescimento nominal de 9,4% em relação aos valores transferidos no mês de julho/2000. Relativamente a agosto/99, observou-se um aumento nominal de 12,5%. Os valores repassados de janeiro a agosto de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, apresentaram um crescimento nominal de 9,2%.

**DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE**

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/00 JUL/00	AGO/00 AGO/99	JAN - AGO/00 JAN - AGO/99
1999	1.067,9	853,3	9.158,1	-	-	-
2000	1.141,9	1.024,1	9.873,8	+11,5%	+ 6,9%	+ 7,8%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/00 JUL/00	AGO/00 AGO/99	JAN - AGO/00 JAN - AGO/99
1999	943,8	756,7	8.071,8	-	-	-
2000	1.091,1	978,6	9.381,2	+11,5%	+15,6%	+ 16,2%

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

**PREVISTO X REALIZADO**

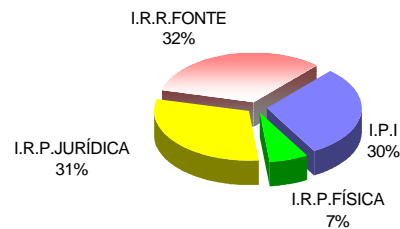
De acordo com a Portaria STN 511/99, de 20.12.99 (DOU de 22.12.99) os créditos no mês de **agosto** foram efetuados nas seguintes datas: **10/08, 18/08 e 30/08**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
<b>AGO</b>	<b>+ 9,0 %</b>	<b>+ 11,5 %</b>	<b>+ 9,0 %</b>	<b>+ 11,5 %</b>	<b>+ 10,0 %</b>	<b>+ 9,4 %</b>

**COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS**

Em agosto os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

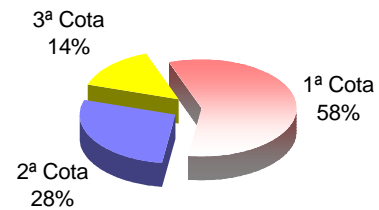
**BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO**



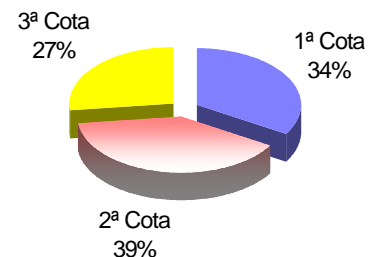
**DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS**

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

**FPE/FPM/FNE/FNO/FCO**



**IPI-EXP**



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de julho a 20 de agosto, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Jul.	513,4	2.422,6	2.936,0						
<b>AGO/2000</b>	1.532,7	2.848,0	4.380,7	<b>AGO/2000</b>	5.075,1	927,5	970,6	129,8	357,9
1º Dec./Ago.	604,1	808,3	1.412,4	3º Dec./Jul.	2.936,0	536,6	561,5	43,6	201,5
2º Dec./Ago.	409,8	316,8	726,7	1º Dec./Ago.	1.412,4	258,1	270,1	51,3	102,3
3º Dec./Ago.	518,8	1.722,9	2.241,6	2º Dec./Ago.	726,7	132,8	139,0	34,8	54,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru e Adamantina (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), Lucianópolis e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	5.331,40	31.728,67	3,19	6.698,15
AL	23.039,37	38.583,58	108,31	12.394,44
AM	12.903,92	25.880,06	1.598,77	7.842,94
AP	3.477,94	31.645,20	34,11	6.885,95
BA	88.006,48	87.146,72	7.191,97	52.492,23
CE	49.376,48	68.047,38	1.237,32	25.153,05
DF	2.356,21	6.401,38	3,67	1.563,36
ES	17.490,73	13.912,02	5.822,84	9.216,37
GO	36.099,57	26.368,83	808,88	12.952,33
MA	39.192,80	66.946,47	1.884,94	36.056,05
MG	126.437,96	41.314,05	20.420,90	41.877,41
MS	14.766,40	12.353,87	502,35	6.282,04
MT	18.798,57	21.405,03	986,59	8.533,79
PA	35.220,27	56.686,83	6.674,96	30.957,25
PB	31.336,66	44.415,50	309,43	13.842,15
PE (3)	50.112,06	63.997,13	927,73	20.844,28
PI	24.046,41	40.079,59	154,26	14.518,27
PR	66.111,43	26.740,75	12.536,30	25.007,10
RJ	29.404,64	14.168,92	7.239,90	19.126,18
RN	24.038,18	38.748,67	233,70	11.150,00
RO	8.760,03	26.113,78	115,76	6.195,96
RR	4.620,99	23.007,69	5,63	4.898,17
RS	65.814,21	21.840,01	22.097,11	27.059,18
SC	37.893,65	11.869,73	12.828,74	13.676,91
SE	14.001,93	38.539,07	103,82	9.327,39
SP(4)	128.667,08	9.274,68	25.963,81	52.449,18
TO	14.771,45	40.252,10	24,02	9.721,39
<b>TOTAL</b>	<b>972.076,82</b>	<b>927.467,72</b>	<b>129.819,03</b>	<b>486.721,55</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru e Adamantina, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril /2000 Lucianópolis e Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	SET/AGO	OUT/SET	NOV/OUT
FPM	+ 4,0%	- 5,0%	+ 1,0%
FPE	+ 4,0%	- 5,0%	+ 1,0%
IPI-EXP	+5,0%	- 1,0%	- 4,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 1999, é a seguinte:

Fundo	2000/1999
FPM	+ 6,0 %
FPE	+ 12,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Nov/1999	23/12/99	Mar/2000	28/04/00
Dez/1999	28/01/00	Abr/2000	30/05/00
Jan a Dez/99	28/01/00	Mai/2000	23/06/00
Jan/2000	29/02/00	Jun/2000	28/07/00
Fev/2000	29/03/00	Jul/2000	30/08/00

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126  
Email: stndirev@fazenda.gov.br

# FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Boletim - Ano III nº 8

**AGOSTO/2000**

Internet: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

## COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de agosto apresentaram crescimento de 10,9% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para o ocorrido, a maior transferência de recursos para os estados e municípios por conta dos efeitos da LC 102/00. O aporte dos recursos do ICMS, superior a julho em 13,1%, também foi responsável pelo incremento.

Origens	Julho	Partic.	Agosto	Partic.	Ago/ Jul
FPM	152.304,5	10,8%	169.812,3	10,9%	11,5%
FPE	146.796,2	10,4%	163.670,8	10,5%	11,5%
IPI-EXP	20.949,6	1,5%	22.909,2	1,5%	9,4%
LC 87/96 LC102/00	41.096,5	2,9%	82.272,8	5,3%	100,2%
Compl. União	96.112,9	6,8%	48.056,5	3,1%	-50,0%
ICMS	952.977,7	67,6%	1.077.430,4	68,9%	13,1%
<b>Total</b>	<b>1.410.237,4</b>	<b>100%</b>	<b>1.564.152,0</b>	<b>100%</b>	<b>10,9%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

## PREVISÃO PARA O BIMESTRE

A estimativa é elaborada com margem de erro e sua confirmação fica a depender do comportamento da arrecadação das diversas receitas que compõem o FUNDEF.

A expectativa de variação global do FUNDEF, por UF, para o próximo bimestre é a seguinte:

UF	Set/Ago	Out/Set	UF	Set/Ago	Out/Set
AC	-4%	0%	PB	-7%	0%
AL	-2%	-2%	PR	-18%	5%
AP	3%	-2%	PE	2%	1%
AM	-5%	3%	PI	-2%	0%
BA	-11%	4%	RJ	6%	-2%
CE	-14%	-1%	RN	-4%	2%
DF	35%	18%	RS	-18%	1%
ES	10%	1%	RO	-5%	-1%
GO	-3%	-3%	RR	-8%	1%
MA	-12%	4%	SC	-12%	2%
MT	-11%	0%	SP	-8%	1%
MS	-4%	2%	SE	-6%	3%
MG	-7%	1%	TO	0%	1%
PA	-13%	2%			

## PORTARIA DA REESTIMATIVA DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2000

Portaria MF nº 193, de 28.06.2000, publicada no D.O.U. de 29.06.2000, que estabelece a reestimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2000 dos recursos do FUNDEF.

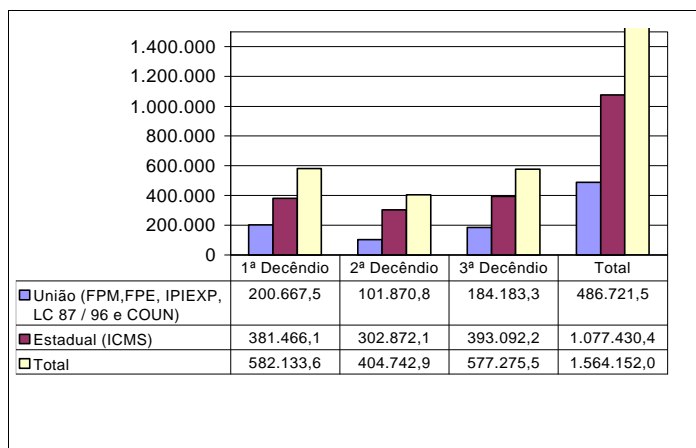
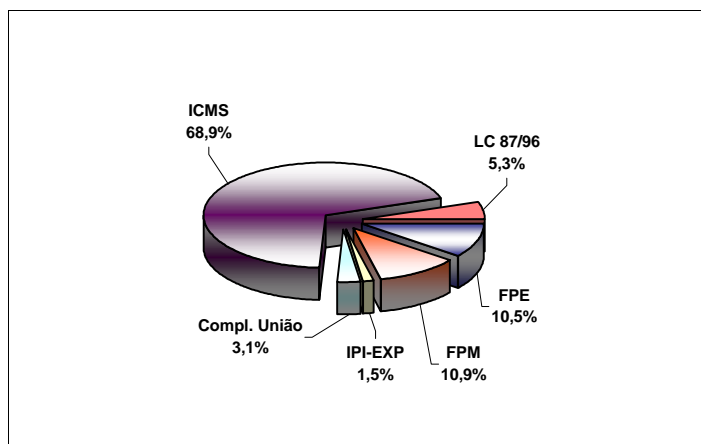
ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	PIAÚÍ	TOTAL
JANEIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
FEVEREIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MARÇO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
ABRIL	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MAIO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
JUNHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
JULHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
AGOSTO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
SETEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
OUTUBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
NOVEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
DEZEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
<b>TOTAL</b>	<b>4.940.050</b>	<b>200.875.151</b>	<b>27.386.653</b>	<b>162.961.425</b>	<b>104.250.465</b>	<b>5.017.483</b>	<b>1.499.055</b>	<b>32.106.260</b>	<b>539.036.542</b>

Obs: Estão sendo ultimadas as providências para a publicação das portarias do ajuste da complementação da União de 1999 e da reestimativa para 2000.

## FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

## FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



## DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO — AGOSTO/2000 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média(em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.570	5.599,2	940,8	0,6	0,0	157,6	1.601,7	8.299,8	60,3	484,7
AL	643.567	6.808,9	4.065,8	19,1	194,7	1.306,0	6.299,8	18.694,3	29,0	233,7
AM	617.107	4.567,1	2.277,2	282,1	0,0	716,6	17.712,3	25.555,2	41,4	319,2
AP	120.297	5.584,4	613,8	6,0	0,0	681,7	667,1	7.553,0	62,8	522,9
BA	3.503.749	15.378,8	15.530,5	1.269,2	17.779,3	2.534,4	53.285,1	105.777,3	30,2	223,3
CE	1.660.368	12.008,4	8.713,5	218,4	1.768,0	2.444,8	30.378,3	55.531,4	33,4	228,2
DF(2)	343.445	1.129,7	415,8	0,6	0,0	17,3	0,0	1.563,4	4,6	38,8
ES	545.735	2.455,1	3.086,6	1.027,6	0,0	2.647,2	20.674,0	29.890,4	54,8	397,0
GO	1.056.956	4.653,3	6.370,5	142,7	0,0	1.785,8	28.281,2	41.233,5	39,0	289,2
MA	1.547.356	11.814,1	6.916,4	332,6	15.892,2	1.100,8	11.576,3	47.632,4	30,8	210,8
MG	3.577.550	7.290,7	22.312,5	3.603,7	0,0	8.670,5	100.805,2	142.682,6	39,9	297,6
MS	420.663	2.180,1	2.605,8	88,7	0,0	1.407,5	12.987,4	19.269,4	45,8	345,9
MT	567.411	3.777,4	3.317,4	174,1	0,0	1.264,9	19.165,0	27.698,8	48,8	358,8
PA	1.554.720	10.003,6	6.215,3	1.177,9	9.249,9	4.310,5	19.031,9	49.989,1	32,2	220,7
PB	816.403	7.838,0	5.530,0	54,6	299,3	120,3	10.124,9	23.967,0	29,4	230,1
PE	1.598.529	11.293,6	7.631,4	163,7	0,0	1.755,6	24.236,4	45.080,7	28,2	223,8
PI	720.541	7.072,9	4.243,5	27,2	2.873,1	301,6	5.531,2	20.049,5	27,8	222,8
PR	1.611.079	4.719,0	11.666,7	2.212,3	0,0	6.409,1	59.933,2	84.940,3	52,7	377,2
RJ	1.987.687	2.500,4	5.189,0	1.277,6	0,0	10.159,1	101.899,1	121.025,3	60,9	436,3
RN	591.812	6.838,0	4.242,0	41,2	0,0	28,7	10.549,2	21.699,2	36,7	290,1
RO	296.379	4.608,3	1.545,9	20,4	0,0	21,3	7.062,1	13.258,1	44,7	341,8
RR	78.211	4.060,2	815,5	1,0	0,0	21,5	1.401,8	6.300,0	80,6	673,6
RS	1.607.518	3.854,1	11.597,5	3.899,5	0,0	7.708,0	84.356,7	111.415,9	69,3	467,7
SC	905.771	2.094,7	6.687,1	2.263,9	0,0	2.631,3	37.128,1	50.805,1	56,1	411,4
SE	398.230	6.801,0	2.470,9	18,3	0,0	37,1	6.955,7	16.283,1	40,9	319,8
SP	5.589.263	1.636,7	22.204,1	4.581,8	0,0	24.026,5	402.224,4	454.673,6	81,3	569,6
TO	346.765	7.103,3	2.606,7	4,2	0,0	7,1	3.562,3	13.283,7	38,3	313,6
<b>Total</b>	<b>32.844.682</b>	<b>163.670,8</b>	<b>169.812,3</b>	<b>22.909,2</b>	<b>48.056,5</b>	<b>82.272,8</b>	<b>1.077.430,4</b>	<b>1.564.152,0</b>	<b>47,6</b>	<b>344,3</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 13, de 05.01.2000 (DOU de 10.01.2000), retificada pela Portaria MEC nº 127, de 15.02.2000 (DOU de 16.02.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.